Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Coordenação-Geral de Pesquisa Documentação e Referência - COPEDOC

CADERNOS DE
PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DO IPHAN

3

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural

COPEDOC/IPHAN - RIO DE JANEIRO - 2008

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
João Luiz Silva Ferreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
Luiz Fernando de Almeida

COORDENADORA-GERAL DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO
E REFERÊNCIA DO IPHAN – COPEDOC
Lia Motta

GERENTE DE PESQUISA DA COPEDOC
Márcia Regina Romeiro Chuva

COORDENADORA DO PROJETO DICIONÁRIO IPHAN DE PATRIMÔNIO CULTURAL
Maria Beatriz Rezende

EQUIPE DO DICIONÁRIO IPHAN DE PATRIMÔNIO CULTURAL
Claudia Feierabend Baeta Leal
Fátima Pinheiro

PESQUISA E SELEÇÃO DE IMAGENS
Bettina Grieco

COLABORAÇÃO
Adalgiza d'Eça
Aline Bezerra de Menezes
Ana Lúcia Louzada Werneck
Antônio José Aguilera Montalvo
Carlos Fernando Moura Delphim
Carolina Torres Alves de Almeida Ramos
Catarina Eleonora Ferreira da Silva
Cláudia Márcia Ferreira
Claudia Miriam Quelhas Paixão
Fabrício Pereira
Guilherme Cruz de Mendonça
Luiz Fernando Pereira das Neves Franco
Marcus Tadeu Daniel Ribeiro
Marisa Colnago Coelho
Monica Milani
Nelson Lacerda Soares
Rafael Winter
Renata Sá Gonçalves
Tatiana Paes

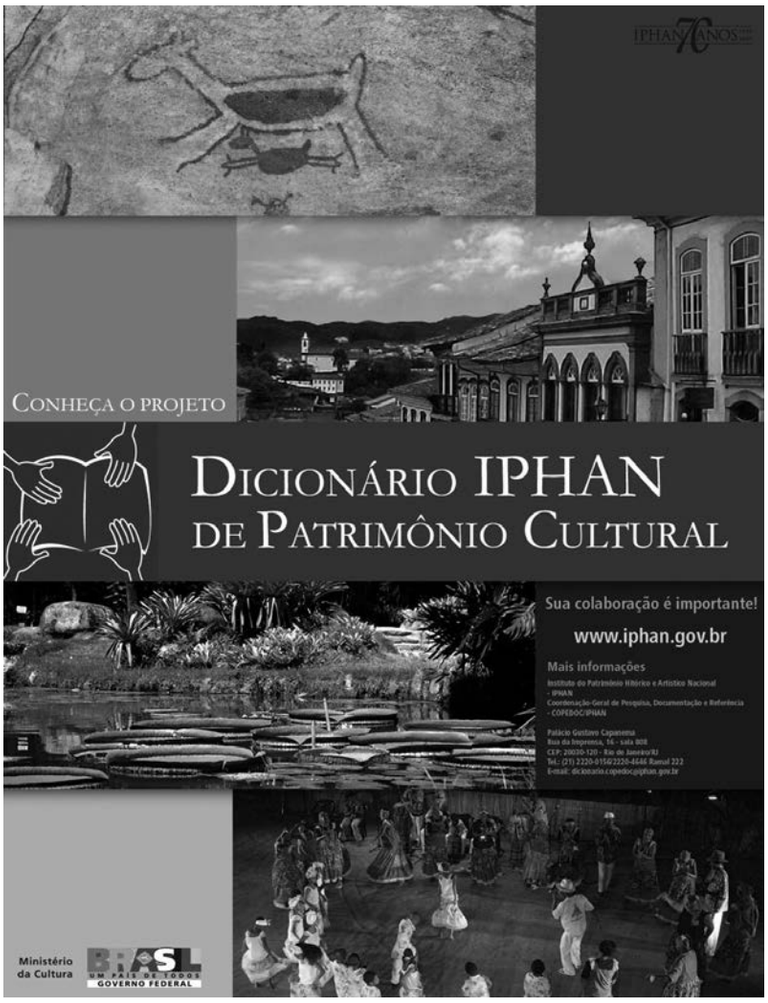
PROJETO GRÁFICO
Oswaldo Ulhoa

REPRODUÇÃO DE IMAGENS
Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha

IMAGEM ROSTO
Fattoria Web

CAPA
Marcela Perroni

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural



Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/IPHAN

P964d

Dicionário IPHAN de patrimônio cultural / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência - COPEDOC. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
84 p.; 21cm. - (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN; 3).

1. Patrimônio cultural. 2. Dicionários. I. Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (Brasil. III. Título. IV. Série.

IPHAN/ COPEDOC/ RJ CDD 363.6903

Sumário

Apresentação *07*

Introdução *09*

Breve Histórico *13*

A pesquisa *13*

Seleção e hierarquização da nominata *15*

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural *17*

Organização da Nominata *17*

Campanha online – Coleta colaborativa de conteúdo *18*

Como participar *19*

Espaço de discussão/comentários *22*

Categorias de vocabulário *22*

Nominata *23*

Lista geral de entradas - novembro 2008 *24*

Exemplo de dados *37*

Bibliografia de apoio *64*

Anexo I – Glossário *69*

Anexo II – Fichas *71*

Anexo III – Instituições visitadas e bibliografia consultada *73*

Anexo IV – Áreas temáticas das obras de referência *79*

Anexo V – Áreas temáticas das obras gerais *81*

Anexo VI – Objetivo e público alvo dos Dicionários *83*

Apresentação

O projeto do Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural foi proposto pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – COPEDOC, inserido na Ação de Pesquisa sobre o Patrimônio Cultural e tem como objetivo dotar o IPHAN de uma obra de referência no seu campo de atuação.

Cientes de que o tema Patrimônio e Preservação extrapola o âmbito do IPHAN, bem como possui antecedentes à criação do Instituto, optamos por delimitar a abrangência do Dicionário ao universo institucional para o estabelecimento e a socialização dos conceitos com os quais o IPHAN opera ao longo de 70 anos, estimulando a discussão sobre a evolução histórica dos conceitos e revelando a problematização do uso dessa terminologia.

Para promover a discussão dos técnicos em nível nacional, está sendo elaborada uma rede de colaboradores, acessível por meio do Portal do IPHAN, que reunirá servidores ativos e inativos, ex-servidores, além daqueles que integram as atividades institucionais como bolsistas, estagiários, comissionados, contratados e conselheiros. Dessa forma, pretende-se contemplar a prática dos profissionais que atuam ou atuaram no IPHAN como um dos aspectos fundamentais na elaboração do Dicionário, não só conferindo à obra um caráter coletivo, como privilegiando a experiência e conhecimentos desses profissionais e considerando a flutuação no uso dessa terminologia.

O projeto Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural contribuirá para a difusão do saber produzido no campo do patrimônio cultural, sua estabilização terminológica e conceitual, confirmando sua permanência, propósitos, fundamentos e estabelecendo também os limites teóricos com as outras ciências, assim como confirmando o caráter de referência da instituição nesse campo.

Para se chegar à fase do projeto aqui apresentada, em que já contamos com a nominata pré-estabelecida e a proposta de metodologia para a elaboração de verbetes, foram necessárias várias etapas de pesquisa, descritas adiante, que envolveram diferentes abordagens e pesquisadores.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi contatada, através de sua Comissão de Lexicografia e Lexicologia sobre

essa iniciativa, a qual foi considerada de fundamental importância para o fortalecimento institucional como um campo do saber, abrindo-se a perspectiva para, em etapas posteriores, podermos contar com a consultoria intelectual, lexicográfica e filológica da Academia.

Nesta publicação, apresentamos o histórico do projeto, com ênfase na pesquisa em obras de referência feita no início desse processo, assim como com o levantamento terminológico realizado junto às fontes produzidas pelo IPHAN. Trazemos também a nominata, as categorias de vocabulário que estabelecem o recorte temático da obra e alguns exemplos da metodologia desenvolvida para a elaboração de verbetes que, de um lado, pretende instigar a participação dos técnicos do IPHAN na campanha de colaboração do Dicionário e, de outro, dar início a levantamentos preliminares de dados sobre os verbetes para facilitar e estimular a sua redação.

Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva

Coordenadora do Projeto Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural

Introdução

A constituição de um campo de conhecimento pressupõe, necessariamente, a utilização de uma linguagem específica: seja através de empréstimos de termos de outras áreas, por meio da criação de neologismos, da ressemantização, restrição ou ampliação do sentido de alguns termos, da mudança de referenciais de outros. Essa linguagem também é responsável pela consolidação do campo de conhecimento, pela possibilidade de diálogos entre áreas distintas, pela própria legitimidade do campo. Nas palavras de Émile Benveniste, lingüista francês, em uma versão bastante contundente:

> "A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência."[1]

O mesmo acontece com o campo do Patrimônio Cultural e com a atuação do IPHAN. Nos mais de 70 anos que constituem a história dessa Instituição, o IPHAN criou parâme-

[1] Émile Benveniste. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989, p. 252.

tros e normas, propôs conceitos e valores, agiu sobre bens, instituições e pessoas, estabeleceu parcerias nacionais e internacionais, sempre buscando consolidar seu espaço de atuação, sua experiência e o saber técnico que norteou e informou todas suas ações. Nesse processo, criou também uma linguagem própria, ora fazendo uso de conceitos de áreas afins, ora cunhando termos específicos para suas ações, ora se aproximando de campos epistemológicos contíguos para melhor definir seu objeto.

Essa linguagem aparece nos documentos produzidos pelo corpo técnico, sejam eles pareceres, artigos, cartas, manuais, inventários; aparece também nas portarias, decretos e leis passados com o intuito de normatizar, legitimar, controlar e criar parâmetros para suas ações, as da população em geral e de órgãos com preocupações afins. Aparece, portanto, na documentação textual escrita (além de naturalmente em outras modalidades de documentos em diversos suportes) guardada e produzida mesmo antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, e que constitui exatamente as fontes que registram essa terminologia, os níveis de linguagem, sua flutuação, incidência e outros elementos de igual importância. Está presente também nos debates travados pelos técnicos da casa, entre estes e especialistas do patrimônio cultural que atuam fora da instituição, por estudantes e profissionais de área ligadas ao patrimônio, que buscam o IPHAN como uma importante referência do trabalho com a proteção do patrimônio e da própria constituição desse campo de conhecimento.

Daí a importância de uma obra de referência como o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, que apresente e discuta uma terminologia do campo do patrimônio cultural, mais especificamente aquela utilizada e construída pelo IPHAN ao longo de mais de 70 anos. Não se trata apenas da definição e divulgação de termos que marcam sua própria atuação, como “proteção”, “tombamento”, “registro”, “patrimônio material” ou “imaterial”, o que não deixa de ser uma reivindicação da sociedade e dos próprios técnicos da Casa. Trata-se de tomar para essa Instituição, com essa obra, o papel de contribuir para o estabelecimento e fortalecimento desse campo de conhecimento por meio da divulgação, problematização e história de sua terminologia; de contribuir também com a consolidação dos diálogos com outras áreas através da sistematização semântica e histórica de sua linguagem; de divulgar o campo do patrimônio cultural, suas ações e a própria história da Instituição através dos debates acerca dos termos, seus usos, flutuações e trajetórias.

O Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural é inclusive um espaço de promoção desse debate, na medida em que se propõe como uma obra de caráter coletivo: todos os técnicos da Casa estão, de imediato, convidados a participar de sua elaboração, por meio de uma ferramenta virtual de colaboração que permitirá, através do Portal do IPHAN, que todos contribuam com dados sobre os termos que comporão do Dicionário, discutindo seus usos, apropriações, significados, conceitos e a própria pertinência da seleção dos termos. Diferentemente dos dicionários mono ou bilíngües, em que se destacam, como atores, por um lado, o lexicógrafo (e, em certa medida, também o editor) e, por outro, o usuário, o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural contará com diversos especialistas, das diversas áreas de atuação da Instituição, na própria elaboração dos conteúdos da obra; e esses especialistas serão, ao mesmo tempo, usuários críticos dessa obra, juntamente com estudantes, profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo, história, história da arte, arqueologia, turismo, ciências sociais, entre outras, aos quais o Dicionário deve buscar atender e informar.

Assim, o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural pode já se afirmar como um espaço onde se explicitarão as relações entre uma terminologia, uma prática e um saber; como um meio de sublinhar a importância da experiência e conhecimento dos técnicos que constituem a Instituição, na linha mesma dos produtos de discussões terminológicas, como dicionários técnico-científicos, glossários e bancos de dados terminológicos, instrumentos de referência que apontam para as relações entre teoria e prática no atendimento de necessidades sociais e na explicitação de seu funcionamento.[2]

[2] Maria da Graça Krieger. "Terminologia revisitada" *Delta*, Vol. 16, nº 2, 2000, pp. 227.

Breve histórico

A pesquisa

A primeira etapa deste projeto teve início no final de 2004, com o levantamento preliminar de obras gerais e de referência realizado principalmente na Biblioteca Noronha Santos do IPHAN e na Biblioteca Nacional, ambas no Rio de Janeiro, constituindo uma lista inicial de 300 obras, das quais 132 foram fichadas.[3] Também foi feita uma pesquisa nos acervos da Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil, da Maison de France, da Livraria Leonardo Da Vinci e da Livraria Saraiva a fim de ter conhecimento das obras mais recentemente publicadas e ainda não adquiridas pelas duas bibliotecas supracitadas. Foram também pesquisados alguns sites estrangeiros como o da Biblioteca Nacional da França, da Biblioteca Nacional de Espanha e o da Biblioteca Nacional de Portugal.

O objetivo desse levantamento foi o de fornecer dados que pudessem auxiliar o esboço do projeto, com a definição de eixos temáticos, propostas metodológicas para estruturação dos verbetes e elenco de possíveis verbetes como ponto de partida para a delimitação da abrangência do Dicionário. A seleção das obras para fichamento seguiu dois critérios básicos: por um lado, levantar obras de referência, mais especificamente dicionários técnico-científicos, de distintas áreas do conhecimento – de arqueologia a química, de biologia a literatura –,[4] para conhecê-los do ponto de vista das metodologias adotadas: sua finalidade, estrutura geral, abrangência do tema, estrutura dos verbetes, emprego de ilustrações, abonações e remissivas; por outro, pesquisar obras gerais que abrangessem a temática de patrimônio[5] ou títulos que se apresentassem também como obras de referências, como guias, catálogos e inventários, e que abordassem o tema, para avaliar como este é tratado e para ajudar na indicação de verbetes e de bibliografias.[6]

[3] Para exemplo das fichas, ver o Anexo II. A lista das obras fichadas encontra-se no Anexo III.

[4] Sobre as áreas do conhecimento abrangidas pelos dicionários consultados, ver as tabelas com as áreas temáticas das obras de referência no Anexo IV.

[5] Sobre os temas dessas obras, ver o Anexo V.

[6] Ver Anexo III.

Com base nesse trabalho, foi possível perceber que as obras de referência contam com uma variedade grande quanto à sua organização interna, formato e objetivos que demonstram a liberdade e subjetividade de suas propostas, não havendo um modo único de se fazer um dicionário. Ou seja, os dicionários podem surgir para preencher uma lacuna bibliográfica, como aproveitamento de uma pesquisa mais ampla, visando a uma análise crítica de um tema determinado ou ainda para subsidiar um campo de conhecimento específico, tendo objetivos diversos, que influenciavam diretamente em sua organização, perspectiva e extensão.[7]

A extensão desses dicionários também variava bastante. Ao se pensar em dicionários, a primeira imagem pode ser daquelas obras extensas, em livros pesados, que objetivam a exaustão e a completude de um determinado léxico. Isso porque a imagem mais comum de um dicionário está intimamente vinculada aos dicionários de línguas, os quais não visam ao mesmo horizonte de abrangência e interesse que dicionários técnico-científicos. Entre estes, a extensão varia muito e relaciona-se tanto com o tema, quanto com o grau de desenvolvimento do campo de conhecimento, com os objetivos e públicos visados, assim como com o detalhamento almejado. Os dicionários consultados nesta pesquisa contêm de 200 a mais de 4.000 entradas de verbetes,[8] de pouco mais de 130 a 6200 páginas; dirigir-se a pesquisadores, estudiosos ou ainda ao público em geral.[9]

A estrutura dos verbetes,[10] por sua vez, pode variar do formato de artigo ao de textos breves, com ou sem abonações,[11] havendo, no entanto, uma grande maioria que optou por apresentar exemplo do uso dos termos definidos. É possível que isso seja resultado da aproximação dessas obras com dicionários de línguas, que frequentemente oferecem citações com o verbete. A presença de remissivas (e ainda remissivas de tipos diversos),[12] item que aponta para a organização dos dicionários e interrelações entre os verbetes, também mostrou ser opcional, havendo uma leve tendência à apresentá-las, fosse para complementar a discussão dos verbetes, fosse ainda para indicar relações de sinonímia entre os termos.

Há ainda outros itens cuja presença também oscila fortemente na elaboração dessas obras de referência. A indicação de bibliografia, por exemplo, tanto quando citada no corpo do texto do verbete, quanto se consultada para a redação deste, pode constar ou não do próprio corpo do texto, vir ou não indicada ao fim da obra, ou simplesmente não haver referência. Alguns dicionários são ilustrados, outros não, dependendo, pelo menos em parte, do tema e da relevância das imagens para as discussões.

Vale ainda uma menção aos títulos dessas obras: eles são, em geral, adjetivados. Assim, tem-se Pequenos Dicionários..., Grandes Dicionários..., Dicionários Básicos..., Dicioná-

---

[7] Sobre os objetivos dos dicionários, ver o Anexo VI.

[8] Para um Glossário com termos próprios da Lexicografia, entre os quais ENTRADA DE VERBETE, ver o Anexo I.

[9] Sobre o público alvo dos dicionários, ver Anexo VI.

[10] Para o sentido de VERBETE, ver o Glossário no Anexo I.

[11] A grande maioria dos dicionários consultados, porém, não contavam com abonação, instrumento mais utilizado em dicionários mono ou bilíngües do que naqueles com objetivos e recortes conceituais ou técnico-científicos. Para o sentido do termo abonação, ver o Glossário no Anexo I.

[12] Para o sentido do termo REMISSIVA, ver o Glossário no Anexo I.

rio Crítico..., como forma de transmitir, já a partir do título, a abrangência ou possíveis recortes pré-estabelecidos.

As informações colhidas apontaram para a inexistência de um Dicionário de Patrimônio Cultural no universo pesquisado, ao mesmo tempo em que se notou que havia uma variedade de outras obras de referência – guias, inventários – e obra gerais voltadas especificamente para a temática do patrimônio e da preservação. Outro dado importante era o envolvimento direto ou indireto do IPHAN nas publicações dessas obras dedicadas ao patrimônio.

Ficou claro, portanto, que faltava ao IPHAN a iniciativa de publicação de uma obra de referência com o fôlego e os objetivos de um Dicionário, ao mesmo tempo em que era sugerida a ausência de um trabalho que viesse a preencher essa lacuna aparentemente vaga no que diz respeito aos conceitos com os quais o IPHAN opera e às ações de preservação do patrimônio cultural.

Seleção e hierarquização da nominata

A providência seguinte foi elaborar uma proposta de nominata,[13] procedendo-se à seleção do corpus documental onde podem ser recuperados o vocabulário e a linguagem dos atores sociais que desenvolveram e construíram a experiência brasileira na área de Patrimônio Cultural e Preservação.

A partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, órgão que oficialmente cuidaria da proteção ao patrimônio histórico e artístico, foi sendo produzida e guardada a documentação textual escrita (além de naturalmente outras modalidades de documentos em diversos suportes) que constitui exatamente o conjunto de fontes que registram a terminologia buscada, os níveis de linguagem, sua flutuação e incidência. Assim, consultaram-se fontes e bibliografia oficiais de registro dessa língua falada no IPHAN, tais como a série do Boletim / IPHAN, todos os números da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de uma significativa consulta a fontes secundárias sobre os processos de tombamento e legislação específica. Essa pesquisa não foi exaustiva, nem poderia, mas foi um conjunto significativo de termos para dar início aos trabalhos, não só tendo em vista a campanha de colaboração entre os técnicos para enriquecer a nominata, como também prevendo a possibilidade permanente de edições ampliadas que obras desse tipo comportam.

Com um universo de cerca de 900 termos, procedeu-se à análise da nominata a partir de áreas temáticas, em que foi possível verificar ora grandes lacunas sobre algum assunto, ora excessivo detalhamento em outros, revelando a ênfase ou foco dado a determinados temas em detrimento de outros como um reflexo substantivo da ação institucional. Desse modo, buscando respeitar ao máximo o que as fontes apresentaram, obras e reflexões importantes no campo da preservação foram consultadas com vistas a produzir lista-

[13] Para o sentido de NOMINATA, ver o Glossário no Anexo I.

gens para um posterior cotejamento de termos que viesse suprir as lacunas encontradas na primeira nominata.[14]

Em seguida, a partir do estabelecimento preliminar de várias áreas temáticas, foi possível hierarquizar os termos, definindo aqueles mais importantes, tanto do ponto de vista do seu conteúdo, quanto em relação a possíveis demandas dos consulentes. Também foi possível estabelecer as principais relações entre grupos de verbetes para nortear a definição de entradas, temas relacionados, subverbetes e remissivas, explicados adiante.

Esse processo foi compartilhado com diversos técnicos da Casa, seja da Copedoc, seja de outras unidades. No início do segundo semestre de 2006, houve uma primeira reunião interna da COPEDOC, no Rio de Janeiro, para apresentação do projeto Dicionário IPHAN às diferentes gerências dessa coordenação, na qual e dessa lista, no sentido de formatse propôs a criação de um grupo inicial de colaboradores que ajudariam na consolidação do projeto embrionário do Dicionário. Em seguida, foram realizadas duas reuniões gerais com o grupo de técnicos convidados em função de sua experiência específica em diversas áreas de atuação do IPHAN.

As duas reuniões aconteceram nos dias 12 e 30 de junho com a presença de técnicos da COPEDOC e representantes do Departamento de Patrimônio Material (DEPAM), do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), da Procuradoria Geral do IPHAN e da 6ª Superintendência Regional, no Rio de Janeiro. Durante os encontros, foram discutidas propostas para implementação do projeto em nível nacional no IPHAN, com a criação da rede de colaboradores via intranet e de um banco de dados para auxiliar o processo de edição do Dicionário. Quanto à nominata preliminar, foram propostas formas de análise da listagem, enfatizando-se a importância de se discutir e precisar melhor a terminologia utilizada no âmbito do IPHAN, seja ela cunhada nesse espaço ou apropriada de áreas afins. Nesse sentido, reforçou-se o objetivo do Dicionário de criar um fórum de discussão para permitir vários níveis de participação dos técnicos da casa, seja como colaboradores de verbete, seja como comentaristas.

As contribuições do grupo inicial de colaboradores estenderam-se para além dessas reuniões, através do envio de artigos e textos vários sobre terminologias específicas das áreas de atuação dos técnicos;[15] e também através da análise que realizaram da nominata, com comentários sobre a lista e sugestões de temas e verbetes.

Como desdobramento dessas reuniões, foi realizada uma palestra pela equipe responsável pelo Tesauro de Folclore e Cultura Popular, do CNFCP, durante a qual se apresentou a obra e foram apontadas as semelhanças e diferenças entre a linguagem controlada do Tesauro e a organização de um Dicionário crítico (teórico-conceitual) como pretendido neste projeto.

---

[14] BARROS, Clara Emilia Monteiro de (pesq.). Lygia Martins Costa : De museologia, arte e política de patrimônio. Rio de Janeiro : IPHAN, 2002. CHUVA, Márcia. (org.). Rotas da Alforria : Trajetória da população Afro-descendente na Região de Cachoeira/BA. Rio de Janeiro : IPHAN/COPEDOC, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação, 2) CÓDIGO de classificação de assuntos - IPHAN - Atividades FIM, 2004. (parecer nº 002/2006 - MTDR/Prot/DEPAM/IPHAN. DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Manual de intervençõesem jardins históricos. Brasília : IPHAN, 2005. FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo : trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília : UFRJ; MINC/IPHAN, 2005. INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CARTAS patrimoniais. Cury, Isabelle (org). 3ed. Ver. e aumentada. Rio de Janeiro : IPHAN, 2004. NAJAR, Rosana. Arqueologia Histórica : Manual. Brasília : IPHAN, 2005. RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. História da Arte : Impressionismo Europa e Brasil, 2007. (apostila). RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. TESAURO de Folclore e Cultura Popular Brasileira (http://www.cnfcp.gov.br/esauro/)

[15] Ver nota 14 desta Apresentação.

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural

Organização da Nominata

A nominata apresentada nesta campanha reúne o total de 222 entradas de verbetes, considerando que, nesse processo de seleção, a maior parte dos 900 termos iniciais foi contemplada nas categorias de subverbetes e temas relacionados (explicados adiante).

Como premissa básica para a elaboração do Dicionário, a abrangência e interdisciplinaridade do tema patrimônio e preservação exigirá um cuidado maior para que o objetivo da obra não se perca na repetição e reprodução de conceitos, termos e definições de áreas afins já abordados em publicações especializadas, tais como dicionários de Arte, Arquitetura, História entre outros. O critério primordial para a seleção e elaboração dos verbetes é encontrar o seu sentido e as várias apropriações de uso no campo do Patrimônio e Preservação e, mais especificamente, no âmbito do IPHAN, para garantir a especificidade da obra.

Será necessário que os verbetes que integram diversas áreas do saber (artes plásticas, arquitetura, antropologia, direito, arqueologia, entre outros) ganhem, neste dicionário, a especificidade que os tornam termos empregados no campo da Preservação, que revelem a construção histórica dos conceitos e que traduzam a problematização ou as polêmicas que encerram, sempre contendo remissivas, que apontam para associações e complementaridades possíveis no interior do Dicionário, e indicação de bibliografia complementar.

Como exemplo dessa especificidade buscada, podemos citar o subverbete Neoclássico (que estaria dentro do verbete ESTILO), em que, mais importante do que fornecer as características e histórico desse estilo – como seria o caso de um dicionário de Arte –, será discorrer sobre como o IPHAN tratou, ao longo do tempo, os bens com essas características, seja do ponto de vista dos processos de atribuição de valor, seja do ponto de vista dos procedimentos para sua preservação.

Campanha online – Coleta colaborativa de conteúdo

Esta será uma obra de caráter coletivo, à qual qualquer técnico do IPHAN e profissionais relacionados com a instituição poderá se engajar na medida de seu interesse, disponibilidade e campo de atuação. A campanha de coleta das contribuições para o Projeto Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural ficará disponível no portal do IPHAN por pelo menos um ano. A idéia da campanha é que as contribuições expressem as diversas apropriações que os termos possuem, as polêmicas que determinados termos provocam no uso cotidiano dessa terminologia e que seja possível aprofundar o conteúdo dos verbetes com a experiência e o saber dos técnicos especialistas em determinadas áreas de atuação do IPHAN.

A elaboração de verbetes deverá partir de técnicos (servidores ativos e inativos, ex-servidores), bolsistas, profissionais contratados engajados nas atividades do IPHAN, pesquisadores contratados e conselheiros, podendo ser feita de diversas formas como estímulo à maior participação possível (ver **Como Participar**).

A coordenação do trabalho e o gerenciamento do sistema online ficarão a cargo da equipe da COPEDOC responsável pelo projeto, que acompanhará o cadastramento dos colaboradores, dará encaminhamento ao processo geral de edição do Dicionário e manterá os colaboradores atualizados sobre o andamento do trabalho.

Paralelamente à campanha de coleta colaborativa de conteúdo, serão geradas demandas de pesquisa de apoio e de consultoria por áreas temáticas para auxiliar na elaboração dos verbetes.

Após finalizada a coleta de contribuições, os verbetes serão submetidos ao trabalho de pesquisadores redatores contratados para uma primeira formatação, reunindo todas as informações coletadas e/ou fornecidas pelas pesquisas e consultorias.

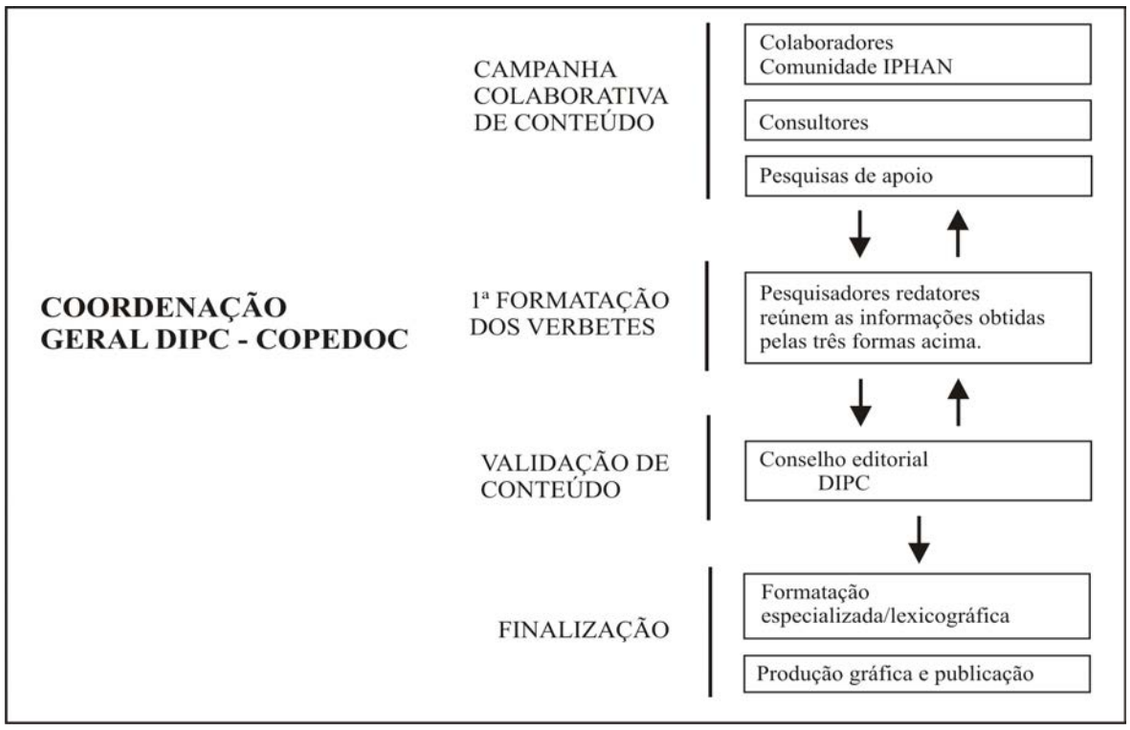
Pretende-se criar o Conselho Editorial do DIPC por meio de portaria, o qual será a principal instância de avaliação dessa primeira formatação dos verbetes, especialmente do ponto de vista do conteúdo, tendo papel validador para que os verbetes possam ser finalizados nas etapas de revisão ortográfica e lexicográfica, previstas com o apoio do corpo técnico da Academia Brasileira de Letras. Só então os verbetes estarão prontos para que a obra como um todo possa entrar na etapa de produção gráfica para a sua publicação virtual e em papel.

As contribuições serão feitas de modo cumulativo, ou seja, para cada verbete poderá haver mais de um colaborador, e todas as contribuições ficarão datadas e assinadas. A redação de verbetes também poderá contar com informações das pesquisas de apoio, consultorias externas e assim por diante. Os créditos serão compatíveis com a natureza da contribuição de cada um na elaboração do Dicionário, gerando categorias tais como: colaboradores informantes, verbetistas, pesquisadores, redatores, revisores, consultores, seguindo os procedimentos formais que caracterizam a autoria coletiva.

A seguir, um esboço das etapas de edição do Dicionário mencionadas acima:

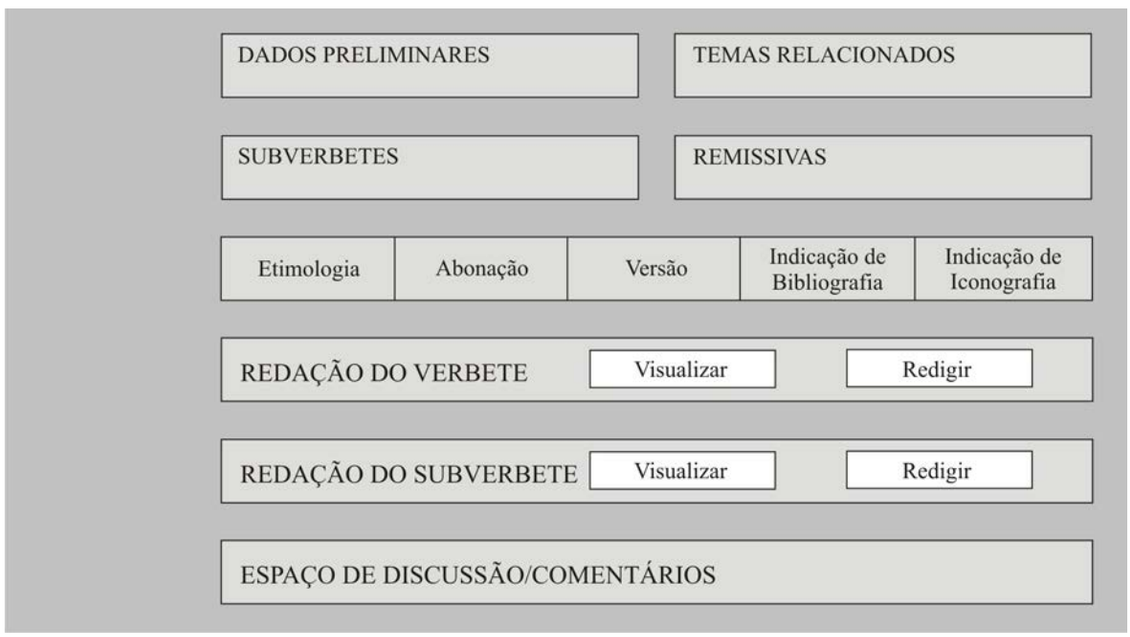
OBS: A etapa de validação do conteúdo pode exigir o retorno dos verbetes para as pesquisas de apoio e/ou consultorias.

Esboço das etapas de edição do Dicionário



Como participar

Assim, são apresentados ao colaborador alguns campos para facilitar e diversificar os tipos de contribuição.



O primeiro deles, denominado **Dados Preliminares**, disponibiliza para o colaborador algumas informações que justificaram a seleção do termo como **entrada de verbete.** É um campo estático, não estará sujeito a alterações por parte dos colaboradores. O objetivo desse campo é instigar o interesse do colaborador em contribuir com aquele

verbete a partir de alguns dados iniciais. A contribuição deve ser feita diretamente no campo destinado à redação do verbete ou do subverbete.

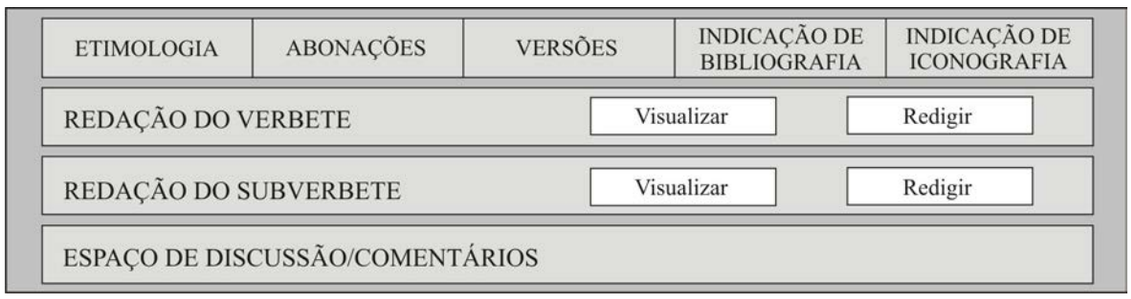
O segundo campo, denominado **Temas Relacionados,** apresenta os termos do levantamento inicial da nominata **que não foram considerados como entradas.** Em muitos casos são sinônimos, complementares ou correlatos aos termos principais. Este campo também é estático e não está sujeito a alterações por parte dos colaboradores. Apresenta-se de forma muito irregular: alguns verbetes com muitos temas e outros com poucos, pois reflete o resultado da pesquisa junto às fontes, a qual, por sua vez reflete a irregularidade do tratamento dado pelo IPHAN aos diferentes assuntos. A apresentação dos temas relacionados é uma forma de aproveitar na íntegra o levantamento inicial da nominata para orientar o colaborador sobre quais os assuntos correlatos devem ser contemplados na redação do verbete **(entrada)** em questão. Por outro, nos casos em que há poucos temas relacionados, esse campo aponta para lacunas da pesquisa realizada nas fontes.

O terceiro campo, denominado **Subverbete,** apresenta os termos ou expressões que também integravam o levantamento original da nominata e que não possuem a mesma autonomia das **entradas** principais, mas foram considerados merecedores de uma definição própria no escopo da redação do verbete principal. O estabelecimento prévio dos **subverbetes** orienta o colaborador sobre a autonomia do termo selecionado como **entrada** em relação à especificidade e complementaridade dos seus subverbetes. Utilizando o mesmo exemplo anterior, o verbete **ESTILO** terá sua redação própria, acerca de como essa categoria do pensamento é útil ao trabalho do IPHAN tanto para atribuir valor aos bens, quanto para orientar as ações que visam sua preservação. Já os subverbetes como **neoclássico, barroco, neocolonial** terão suas definições próprias relacionadas ao entendimento e enfoque dado pelo IPHAN a bens com essas características.

O quarto campo, denominado **Remissivas,** apresenta uma pré-seleção de **entradas** do DIPC que estão diretamente relacionadas ao verbete em questão, ou seja, constituem referências para que o futuro consulente possa relacionar dois ou mais verbetes complementares. As remissivas também servem para orientar o colaborador quanto à abrangência do conteúdo do verbete, para que, tendo em vista aqueles que lhe são complementares, o colaborador não incorra em excessivo detalhamento ou aprofundamento dos assuntos que poderão estar sendo tratados em outros verbetes.

> Os quatro campos até agora mencionados são oferecidos aos colaboradores já preenchidos, na medida do possível, como forma de auxiliar e estimular a redação do verbete propriamente dito. Qualquer comentário pode ser feito no campo Espaço de Discussões e qualquer contribuição deve compor os campos Redação de Verbete ou Subverbete.

Os campos seguintes são para as contribuições propriamente ditas, permitindo ao colaborador escolher a sua forma de participar. É possível preencher apenas um, alguns ou todos os campos, de forma parcial ou integral, conforme o interesse do colaborador.



Etimologia - Como em diversos dicionários, a etimologia das palavras constitui objeto de grande interesse para a compreensão do termo e de suas acepções ao longo do tempo, mostrando que a língua é passível de fluidez e constante movimento de absorção, transposição e variações intencionais ou não. A idéia é que o preenchimento deste campo não se aplique a todos os verbetes e seja resultado de uma pesquisa especializada com base em obras clássicas sobre o assunto, mas o colaborador que tiver conhecimento ou interesse em pesquisar pode, independentemente do preenchimento de outros campos, fornecer informações sobre a etimologia dos termos da nominata, para uma ou mais entradas de verbetes.

Abonações - São exemplos de uso dos termos, com base no seu registro em fontes escritas ou referenciados por algum registro oral, como seminários, encontros técnicos, entre outros.

Versões - As versões dos termos – entradas de verbetes - em outros idiomas provavelmente não ocorrerá em todos os casos, apenas naqueles em que é relevante conhecer a equivalência em outras línguas ou mesmo a existência de termos correlatos muito característicos do campo do Patrimônio Cultural. São exemplos disso: tombamento, patrimônio, atribuição de valor, restauro, memória.

Indicação de bibliografia -Este campo pretende coletar informações sobre a bibliografia no sentido de recolher dos colaboradores sugestões de fontes por eles consideradas fundamentais para o aprofundamento do conteúdo do verbete, as quais poderão auxiliar pesquisadores verbetistas do Dicionário, assim como ser indicadas para os consulentes da obra. Como os demais campos, o seu preenchimento pode ocorrer independentemente dos demais, ou seja, o colaborador se atém à sugestão da bibliografia sem necessariamente se comprometer com a redação do verbete.

Indicação de iconografia - Este campo pretende coletar referências de imagens que o colaborador julgue especialmente representativas do tema abordado no verbete. O Dicionário não será ilustrado verbete a verbete, mas poderá conter algumas ilustrações que sintetizem um ou outro tema. Essas contribuições ajudarão na seleção das imagens que poderão ser inseridas no corpo da obra.

Redação do verbete (visualizar/redigir) - Este campo se refere à redação propriamente dita do verbete, que pode ser feita parcial ou integralmente, no subcampo redigir. A proposta é a de que os colaboradores escrevam sobre o que sabem a respeito daquele verbete, sem a preocupação de esgotarem o assunto. As contribuições já feitas poderão ser visualizadas no subcampo visualizar para que o novo colaborador possa orientar sua própria contribuição, complementando ou contrapondo as idéias já levantadas.

Redação do subverbete (visualizar/redigir) - Este campo se refere à redação dos subverbetes, que podem ser feitas independentemente da redação do verbete principal. no subcampo redigir. A proposta é a de que os colaboradores escrevam sobre o que sabem a respeito daquele subverbete, sem a preo-

cupação de esgotarem o assunto. As contribuições já feitas poderão ser visualizadas no subcampo visualizar para que o novo colaborador possa orientar sua própria contribuição, complementando ou contrapondo as idéias já levantadas.

Observação: Para aqueles que se interessarem em redigir o verbete principal de forma mais completa, sugere-se como roteiro que a redação contemple o histórico do termo no contexto internacional e/ou nacional, as acepções do termo no âmbito do IPHAN com a preocupação em expressar o(s) seu(s) significado(s) específico(s) no campo do Patrimônio Cultural. O colaborador também deverá apresentar a bibliografia utilizada para a elaboração do verbete e poderá ou não sugerir nova definição dos subverbetes relacionados.

A redação do subverbete deverá ser mais específica e resumida, pois estando atrelado a um verbete principal, imagina-se que a sua contextualização já esteja contemplada. Também nesse caso, o colaborador deverá apresentar a bibliografia utilizada.

Vale acrescentar que a redação final do verbete e dos subverbetes será elaborada por verbetistas, orientados por lexicógrafos. Os textos dos colaboradores serão a base desses verbetes.

Espaço de discussão/comentários - Este campo está destinado a todos aqueles que desejem comentar ou discutir o conteúdo e forma das contribuições, sem a preocupação de se tornarem colaboradores efetivos, ou seja, é um espaço para a troca de idéias sobre os assuntos abordados no verbete. É nesse espaço também que os colaboradores podem questionar a nominata, sugerindo novos verbetes e subverbetes ou discutindo a pertinência dos termos pré-selecionados.

Categorias de vocabulário

Vale observar que, embora a nominata seja apresentada em ordem alfabética e tenha se originado da pesquisa sobre as fontes escritas oficiais que registram ao longo de 70 anos as atividades do IPHAN, foram utilizadas quatro categorias de vocabulário que expressam o recorte temático dado à obra.

Essas categorias, explicadas a seguir, procuram abranger o universo da ação institucional. É importante lembrar que, dos cerca de 900 termos levantados na pesquisa preliminar da nominata, 222 foram considerados verbetes principais **(entradas)** e 124 **subverbetes.** Os demais termos foram tratados como **temas relacionados,** ou seja, termos considerados como assunto dos verbetes e/ou subverbetes, devendo ser contemplados na redação dos mesmos, na medida do possível e de acordo com sua pertinência.

Assim, a primeira categoria se refere a **TIPOS DE BENS e denominações de bens tombados e registrados,** procurando elencar os bens que são objeto de proteção, sem a preocupação com sua apresentação segundo uma classificação geral. Isto porque salvo a organização proposta pelos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes, e das artes aplicadas; pelos quatro

Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, e Lugares , e salvo em alguns períodos e de forma pontual, o IPHAN não trabalhou com uma classificação prévia dos bens para proceder aos tombamentos. Dessa forma, buscou-se arrolar os tipos de bens mais recorrentes, considerando-se os termos usados nas denominações de Tombamento e de Registro, tais como: igreja, cidade, mercado, ofício, feira, retábulo etc. O objetivo é que a obra ofereça ao leitor/consulente um bom panorama do universo de bens protegidos, considerando que o estabelecimento de categorias ou tipos de bens com valor de patrimônio é antes resultado da prática preservacionista e não proveniente de uma classificação geral e prévia sobre o patrimônio brasileiro. Embora haja trabalhos de classificação feitos a posteriori, visando a gestão desse patrimônio, essas classificações não são consolidadas e de uso corrente na instituição.

A segunda categoria de vocabulário se refere a **CONCEITOS (formulados pelo campo da preservação e/ ou por ele apropriados),** que busca fornecer ao leitor/consulente o universo de conceitos com os quais o IPHAN opera tanto na formulação técnica/teórica, quanto na gestão (esfera política) do Patrimônio Cultural. Buscou-se problematizar e distinguir os conceitos inteiramente cunhados pela prática da preservação como: conservação, *bem material, bem imaterial, proteção, tombamento* etc. daqueles que são apropriados de outras áreas do conhecimento, mas que recebem uma acepção própria quando utilizados no contexto da preservação, tais como: *autenticidade, excepcionalidade, integridade, monumentalidade, legitimidade* etc. Pretendeu-se, dessa forma, afirmar a constituição da Preservação como um campo específico do conhecimento.

A terceira categoria se refere a **CAMPOS DO CONHECIMENTO AFINS** ao patrimônio cultural. São muitas as áreas do saber que se inter-relacionam e informam o campo da Preservação, fornecendo o instrumental teórico e profissionais especializados tanto para a formulação técnica/teórica, quanto para a gestão do Patrimônio Cultural, tais como: *antropologia, arqueologia, direito, história, filosofia, arte* etc. Pretendeu-se, assim, descrever a contribuição de cada uma dessas áreas no processo de transformação da prática preservacionista em um campo do conhecimento multidisciplinar, além de apresentar o papel específico que os profissionais de variada formação assumem nas atividades institucionais.

A quarta e última categoria se refere a **TERMOS DE CUNHO INSTITUCIONAL (e instrumentos técnicos).** Esse conjunto de verbetes procura contemplar o universo institucional propriamente dito e sua interface com outras instituições, notadamente aquelas com que o IPHAN atuou e atua mais proximamente, além de apresentar sumariamente alguns dos instrumentos técnicos mais recorrentes nas ações de preservação.

Nominata

A seguir apresentamos a íntegra da Nominata com entradas, subverbetes e temas relacionados, assim destacados, organizados até novembro de 2008. Espera-se que, durante a campanha online do Dicionário, esta relação de termos possa ser confirmada, revista, ampliada de acordo com as contribuições dos colaboradores. A definição de subverbetes e remissivas também poderá sofrer alterações de acordo com as contribuições.

Lista geral de entradas novembro 2008

Legenda:

- CAIXA ALTA = entrada de verbete / quando sublinhado = entrada sem definição própria – ver outro verbete
- Caixa baixa = subverbete
- Itálico = tema relacionado (termos oriundos do levantamento preliminar da nominata e considerados como um assunto a ser tratado no verbete principal ou no subverbete).
- Asterisco (*) = termo da nomenclatura dos bens tombados (se não for uma entrada, tem que ser mencionado no verbete)

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
ACADEMIA • Academia SPHAN	*Produção de conhecimento, Arte acadêmica, Pesquisa no IPHAN*
ACERVO	*Tratamento, Acervo arqueológico, Acervo arquitetônico, Acervo artístico, Acervo documental (arquivístico e bibliográfico), Acervo museológico, Acervo paisagístico, Acervo tombado, Acervo urbanístico*
ALFAIA*	
AMBIÊNCIA vt. Entorno	*Ambiência cultural, Ambientação, Ambientação paisagística, Área circundante, Área de proteção da ambiência, Zona de preservação ambiental*
AMBIENTE • Meio ambiente*	*Ambientalista, Ambiente natural, Área de proteção ambiental, Área de proteção ambiental ou de relevante interesse arqueológico, Biodiversidade, Ciências ambientais, Desenvolvimento sustentável, Ecologia, Ecossistema, Equilíbrio ecológico, Equilíbrio geológico, Estação biológica, Estação ecológica, Preservação ambiental, Santuário e área de preservação da vida silvestre, Recursos naturais não-renováveis, Recursos naturais renováveis, Recursos naturais**, devastação ambiental*
ANTIGUIDADE • Relíquias*	*Ancianidade, Construção antiga**, Valor de prova*
ANTROPOLOGIA • Antropologia cultural • Antropologia biológica	*Práticas culturais, Cultura popular, Antropologia social, Antropologia biológica, Antropólogo, Arqueologia (condições de existência de grupos desaparecidos)*
ANUÊNCIA**	
AQUEDUTO*	
ARBÍTRIO	*Arbitragem, Arbitrariedade, Argumento de valoração, Atribuição de valor, Escolha*
ARCO • Arco-cruzeiro*	

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
ARQUEOLOGIA • Lei de arqueologia • Prospecção • Arqueologia histórica • Arqueologia colonial • Arte rupestre / Grafismos rupestres • Coleção arqueológica • Arqueologia pré-histórica/ Arqueologia pré-colonial	*Alfredo Rusins (1º arqueólogo no IPHAN), Arqueologia urbana, Arqueólogo, Colaboradores (poucos arqueólogos no IPHAN), Lei de arqueologia, Linhas de investigação, Objetos de interesse, Cadastro de jazidas arqueológicas, Cerâmica arqueológica, Escavações arqueológicas, Estatigrafia/corte estatigrafico, Etnologia, Etnografia, Evidência arqueológica, Estearias**, Gramática arqueologia, Paleomeríndios**, Pesquisa arqueológica, Pesquisa de campo, Poços sepulcrais**, Tesos**, Ccontextualização, Investigação arqueológica, Natureza ambiental. Birbigueiras**, Casqueiros**, Concheiros**, Jazida pré-histórica**, Jazigos, Sambaquis**, Sernambis**, Vestígios pré-históricos*
ARQUITETOS MODERNISTAS	
ARQUITETURA • Arquitetura colonial luso brasileira • Arquitetura industrial (ou fabril) • Arquitetura rural	*Arquitetura X Estilos, Arquitetura projetada X arquitetura vernacular/ espontânea, Arquitetura popular X arquitetura erudita, Arquitetura civil, Arquitetura religiosa, Arquitetura militar, Arquitetura de imigração, Arquitetura jesuítica missioneira, Planta arquitetônica, Planta interna, Programa de planta, Habitação popular*
ARQUIVO • Arquivos regionais • Arquivo central	*Acervo arquivístico, Fundo, Valor probatório, Manuscrito**, Microfilmagem* *Certidão de tombamento*
ARTE • Arte colonial brasileira	*Arte X Estilos, Arte erudita * X arte popular**, Arte ameríndia**, arte hispano-americana, arte etnográfica**, Arte estrangeira do séc. XIX, Arte plumária, Arte joanina, Arte arqueológica** arte rupestre e/ou arqueológica, Arte gráfica, arte pura, arte aplicada**,Arte religiosa , arte sacra, Arte civil, Arte histórica, arte antiga, arte comtemporânea, Arte decorativa, arte dos forros pintados, artes e ofícios, Artes menores, arte subsidiária, Comércio de arte (controle)*
ARTEFATO	*Artefato etnográfico*
ARTESANATO v. FOLCLORE; CULTURA POPULAR	
ARTÍFICES	*Artesãos, Artistas, Corporações de ofício*
ATERRO*	*Aterrados***
AUTENTICIDADE • Relíquias*	*Adulteração, Feição primitiva, Genuinidade, Valor de ancianidade, Valor de nacionalidade, Valor nacional*
AZULEJO*	*Herança cultural (portuguesa, moura), Revestimentos azulejares, Cerâmica (ornamental; popular; utilitária)*
BELAS ARTES	
BEM	*Bem material X bem imaterial, Bem público X bem privado, Bem cultural**, bem permanente, bem regional, bem simbólico, bens contemporâneos, bens culturais não-consagrados, bens de interesse local, bens de interesse nacional, bens de natureza arqueológica ou pré-histórica, bens inscritos, bens naturais, bens paisagísticos*, bens tombados*, bens turísticos**
BEM IMATERIAL	*(tipos) Cantos, Cantos e danças populares, Feiras, Festas religiosas, Festas, Folguedos, Manufatura caseira, Procissões litúrgicas, Produção artesanal, Tecelagem popular, Modos de fazer e criar, Ritos, Ofícios*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
BEM MATERIAL	*Cultura material, bens arquitetônicos*
• Imóvel	*(tipos)Edificação, Edifício, Prédio, Igrejas, capelas, palácios, casas, fazendas, quintas, casas de câmara e cadeia, marcos, chafarizes, pontes, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, cidades etc.*
• Integrado	*Elemento Decorativo: Mosaico, Mísulas, Obras de talha, Vitrais, Ourivesaria, Pintura (de forros e paredes)*, Púlpito/ Tribuna*, Sacristia*, Nave*, Retábulos, Esculturas, Cerâmica, Altar-mor, Capela-mor, Coro, Cruzeiro, Oratório etc.*
• Móvel	*(tipos)Arcaz*, Batistério/ Pia de batismo*, Caldeirinha/ Pia de água-benta*, Credencia*, Imaginária, Imaginária européia, Mobiliário, Pintura (quadros), Xilogravura etc*
BIBLIOTECA • Biblioteca Noronha Santos • Biblioteca Aloísio Magalhães	*Bibliotecas do IPHAN, Bibliotecário, REDARTE, Obras raras, Vocabulário controlado, Sistemas de informação*
CADASTRO • Jazidas arqueológicas	*Sistema de gerenciamento do patrimônio arqueológico, Instituições atuantes*
CAIXA D'ÁGUA*	
CALÇAMENTO	
CAMINHOS	*Rotas, Traçados*
CARTAS PATRIMONIAIS	*Compromisso de Brasília (3 de abril de 1970, Compromisso de Salvador (conceito ambiência/bem tombado), Carta de Atenas 1933, Carta de Veneza, Carta de Veneza 1964, Recomendações internacionais*
CARTOGRAFIA	*Inventário, Mapas/mapoteca, Cadastral (planta), Escala*
CASA • Casa de banho* • Casa histórica/casa natal* • Casa de Câmara e Cadeia*	*Casa antiga no Brasil, Casa de arrabalde, Casa de fazenda, Casa de moradia, Casa popular, Casa rural, Casa urbana, Habitação popular, Habitat*
CELEBRAÇÕES	*(livro de Registro)/ (tipos de bens) INRC,*
CEMITÉRIO	*Capela (conjunto de túmulos), Inscrições tumulares*, Lápides*, Mausoléu*, Túmulo**
CENTRO CULTURAL	
CENTRO HISTÓRICO	*Área urbana**, Fragmento histórico, Núcleo histórico, Sítio Histórico*
CHÁCARA*	*Fazenda*, Quinta* , Sítio*
CICLOS ECONÔMICOS	*Borracha, Entradas e Bandeiras, Industrialização, Mineração, Produção açucareira, Produção algodoeira, Produção cafeeira, Propriedade açucareira, Regiões auríferas, Tropeiros, Regime escravista, Sertanismo/sertanistas, Imigração*
CIDADE • Programa Monumenta • PCH (Programa de Cidades Históricas)	*Cidade documento, Cidade monumento, Cidade Monumento da História Pátria, Cidade histórica, Cidade Imperial*, Crescimento orgânico, Crescimento /planejamento, Litoral, Beirario, Malha urbana, Mobiliário urbano, Equipamento urbano, Processo de ocupação*
CLASSE SOCIAL	*Classe dominante, Classe subalternas (termo datado)*
COLEÇÃO	*Coleção de arte, Coleção arqueológica, Coleção iconográfica*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
COLÉGIO*	*Escola, Pavilhão**
COMUNIDADE	*Apropriação, Cidadania, Comunidade afro-brasileira, Comunidades locais, Comunidade nacional, Comunidades quilombolas, Patrimônio Imaterial, Sociedade civil, Grupo étnico, Grupos sociais, Conscineização*
CONHECIMENTO	*Apropriação, Campo de conhecimento, Prática institucional, Informação*
CONJUNTO	*Tombamento individual x tombamento de conjunto, Conjunto arquitetônico e paisagístico, Conjunto natural*, Conjunto paisagístico*, Conjunto rural, Conjunto urbanístico*, Conjunto urbano, Conjuntos arquitetônicos*, Conjuntos habitacionais operários, Conjuntos históricos, Conjuntos missioneiros*
CONSELHO CONSULTIVO DO IPHAN • Conselhos estaduais de cultura	*Atas, Conselheiros, Constituição do Conselho, Dossiê de Registro, Lei Nº 378 de 13/01/37, Mandatos, Pareceres, Processo de Tombamento*
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA	*Iphan X Ministérios*
CONSERVAÇÃO • ABRACOR	*Conservação de papel, Conservação de prédio, Conservação de pintura/quadro, Conservação de tecido, Conservacionismo, Conservadorismo, Consolidação, Deterioração, Estabilização*
CONSTITUIÇÃO DE 1988	
CONSTITUIÇÃO DE 1934 (ref. a Patrimônio Cultural)	
CONVENTO	*Cruzeiro*, Claustro, Clausura, Mosteiro, Recolhimento*
CRITÉRIOS	*Argumentos de valoração,Democratização (da ação institucional), Normatização, Poder institucional, Sociedade civil, Categorias, Parecer técnico**, Critério fachadista, Taxa de ocupação, Volume, Volumetria, Tipologia, Hierarquia.*
CULINÁRIA	
CULTURA	*Aculturação, capital cultural; cultura brasileira; cultura de massa; cultura de vanguarda; cultura dominante, cultura erudita x cultura popular, cultura material, cultura mineira, cultura moderna, cultura nacional, cultura negra, cultura indígena, cultura regional, cultura subalterna (datado), cultura superior, cultura tradicional, cultura urbana; cosmologias (amazônica, indígena), costumes; Indústria cultural/ produto cultural/; Homogeneização cultural; massificação cultural; globalização; Objetivação cultural; pluralidade cultural; Processo cultural; manifestação cultural; produção cultural; Raízes culturais; texto cultural, multiculturalismo, pluralismo.*
DANOS**	*Danos materiais***
DECRETO-LEI 25/37 • Anteprojeto de Mário de Andrade • Constituição de 1934	*Função social da propriedade*
DESAPROPRIAÇÃO	
DESTOMBAMENTO	
DESCARACTERIZAÇÃO	*Adulteração*
DESIGN	

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
DIREITO • Instituto do tombamento • Direito de propriedade**	*Direito civil, administrativo, constitucional, ambiental, Figuras legais/instrumentos legais de preservação, Direito público, Direitos culturais (artigo 215 da constituição de 1988), Direitos humanos, Direito autoral, Foro privilegiado, Modalidades de propriedade, Bem público X Bem privado*
DIVERSIDADE	*Diversidade cultural, Pluralidade*
DOCUMENTAÇÃO	*Valor de prova, Documentação fotográfica, Documentação iconográfica*, Documentação técnica*, Disseminação da informação, Manuscrito**, Documentação científica.*
DOCUMENTO**	*Documento histórico, Documento etnográfico, Documento gráfico, Documento vivo, Documentos arquitetônico-urbanísticos, Documentos da nacionalidade*
EDUCAÇÃO • Educação patrimonial	*Instrumentos / programas educacionais, Ação educativa, Instrução dos cidadãos (função pedagógica da preservação), Intercâmbio cultural*
ENTORNO	*Área de proteção ambiental, Área de proteção da ambiência, Área de proteção patrimonial, Área circundante*
ESCULTURA	*Esculpida/ entalhada/ modelada, Adossada, Imagem (escultura religiosa), Imaginária, Monumento, Relevo – Alto/ baixo/ médio, Revestimentos esculturais, Vulto, Conjuntos escultóricos fixos*
ESPAÇO	*Espaço ecológico, Espaço museológico, Espaço simbólico, Espaço urbano, Ordenação espacial*
ESTAÇÃO	*Aeroporto, Estação de hidroavião*, Estação ferroviária, Estação rodoviária, Hangar, Porto*
ESTÁDIO	
ESTADO NAÇÃO	*Revolução de 30 (aparelho de estado /novos ministérios), Intelectuais modernistas*
ESTÉTICA	*Estetização do patrimônio, Solução arquitetônica, Solução museográfica, Solução notável, Solução plástica, Soluções arquitetônicas, Soluções urbanísticas*
ESTILO • Art Deco • Art Nouveau • Barroco • Clássico/ Classicismo • Eclético / Ecletismo • Estilo regência • Impressionismo • Maneirismo • Modernismo/Moderno • Naturalismo • Neoclassicismo • Neocolonial • Neogótico • Neomarajoara • Pombalino • Realismo • Rococó • Romantismo	*Padrão estilístico*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
ETNIA	*Africanidade, Cultura de imigração, Cultura indígena, Cultura negra, Miscigenação, Etnografia, Etnologia*
EXCEPCIONALIDADE	*Excepcional valor, Excepcional valor arquitetônico e histórico**, Excepcionalidade ecológica, Valor artístico, Valor de ancianidade, Valor de nacionalidade, Valor nacional*
FÁBRICA* • Vilas operárias	
FACHADA	*Frontaria, Frontão, Frontispício, Portada/ Portão, Critério fachadista*
FASE HERÓICA v. IPHAN	
FAZERES	*Modos de fazer e criar, Ofícios domésticos, Indústria doméstica, Ofícios*
FISCALIZAÇÃO	*Notificação**, Tributação, Vigilância**
FOLCLORE • CNFCP	*Costumes, Práticas culturais, Contos, Causos, Sabedoria popular*
FONTE* • Chafariz*	*Equipamento urbano, Processo de ocupação urbana/rural, Bebedouro*, Bica**
FORMAÇÃO • PEP (Programa de Especialização em Patrimônio)	*CECRE, CECOR, CECI*
FORRO*	*Arte decorativa, arte dos forros pintados, artífices*
FORMAS DE EXPRESSÃO	*(Livro de Registro) (tipos de bens)*
FORMA	*Forma arquitetônica, Forma urbana (conseqüência inesperada do conjunto de formas arquitetônicas planejadas ou não), Relação formal, Formas de expressão culta, Feição*
FORTIFICAÇÃO	*Armaria, Fortaleza, Forte, Fortim, Praça de Guerra, Processo de ocupação, Reduto, Sistema de defesa*
FOTOGRAFIA	*Instrumento de preservação, Linguagem, Valor de documento, Informação, Informatização, Suporte de memória, Imagem, Representação*
FRUIÇÃO	
FUNAI	*Cultura indígena, Indigenismo, Indigenistas*
GEOGRAFIA	*Geógrafo, Carta geotécnica, Litoral, Beira-rio, Montes artificiais**
GESTÃO	*Administração Pública, Gestão administrativa, Gestão documental, Gestor público, Gestor urbano, Sistema Nacional de Preservação*
GRAFISMO	
GRAVURA	
GUARDA	*Guarda patrimonial*
HISTÓRIA	*Historia da arquitetura, , História das mentalidades, História do Brasil, História oral, Historiador , Historiografia*
HISTÓRIA DA ARTE	*Históriador da arte, História da arte no Brasil*
HOSPITAL*	*Asilo, Hospício, Santa Casa*
HOTEL*	
ICOM	

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
ICOMOS (Conselho Nacional de Monumentos e Sítios)	
IDENTIDADE	*Globalização, Identidade coletiva, Identidade cultural, Identidade local, Identidade nacional, Identidade plural, Identidade regional*
IDENTIFICAÇÃO	*Classificação (classificar**), Conteúdo, Informação, Inventários do IPHAN, Terminologia, Tipologia, Volumetria*
IDIOMA v. LÍNGUAS; ETNIA	
IGREJA	*Ordens, Irmandades, Processo de Ocupação, Estilo (Tipos), Abadia, Basílica, Capela, Catedral, Ermida, Santuário*
IMATERIALIDADE v. INTANGIBILIDADE	
IMIGRAÇÃO	
IMPOSTO	
IMPUGNAÇÃO** v. ANUÊNCIA	
INSCRIÇÃO**	
INTANGIBILIDADE	*Produção imaterial X produção material*
INTEGRIDADE	
INTELECTUAIS	*Intelectuais modernistas*
INTERDISCIPLINARIDADE	
INTERESSE	*Interesse ecológico, Interesse paisagístico, Interesse público, Área de interesse patrimonial, Local de interesse arqueológico*
INTERVENÇÃO	*Intervenção urbanística*
INVENTÁRIO • INBI-SU • INRC • INCEU • IBA • INBMIN	*Fichamento, Pesquisa, Informação, Informatização*
IPHAN • Inspetoria de Monumentos Nacionais • Inspetoria Estadual de Monumentos Históricos • Sistema Nacional de Preservação	*Fase heróica do IPHAN, SPHAN, DPHAN, FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA 1979-1990, IBPC (1990-1994), Movimento Moderno, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Exposição de motivos (nº 397 de04/10/1979 - propõe a criação da Fund. Pró-Memória), Instâncias de Preservação, Regimento**
IRMANDADES RELIGIOSAS	
JARDIM	*Fruição, Passeio Público, Científico, Horto, Jardim de Aclimatação, Jardim Zôo-Botânico*
JUÍZO	
LAVABO/ LAVATÓRIO*	

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
LEGISLAÇÃO • Portarias • Leis/Decretos-lei (com suas ementas)	*Código civil, Código penal brasileiro – título ii (cap. i art.165), Código penal 1940 – título iii (trata de bens imateriais ou valores), Códigos de postura*
	Portaria interministerial Nº19 DE 04/03/1987, Portaria Nº 230 DE 02/03/1976, Portaria Nº11/1986
	Decreto lei nº 2809 de 23/11/1940, Decreto lei nº 3365 de 21/06/1941, Decreto lei nº 3866 de 29/11/1941, Decreto nº 3551 de 04/08/2000, Decreto nº 84198 de 13/11/1979, LEI Nº 6757 DE 17/12/1979 (autoriza o poder executivo a instituir a Fund. Pró-Memória), LEI Nº 9605/98 (Lei dos crimes ambientais), LEI Nº378 DE 13/01/1937 (cria o Conselho Consultivo do SPHAN), LEI Nº3924 DE 26/06/1961, LEI Nº4845 DE 19/11/1965, LEI Nº6292 DE 15/12/1975
LEGITIMIDADE	
LÍNGUAS	*Dialeto, Homogeneização lingüística, Línguas faladas no Brasil, Língua ágrafa, Língua gráfica, Língua morta, Língua portuguesa, Língua viva*
LINGUÍSTICA	*Filologia, Intercâmbio Lingüístico, Leitura urbana, Linguagem urbana de integração*
LITERATURA	*Literatura oral, Literatura de cordel, Leitura*
LUGARES	*(Livro de registro) (tipos de bens), Lugares históricos*
MARCO*	*Marcos históricos, Obelisco, Padrão, Placa*
MEMÓRIA	*Culto ao passado, Memória arquitetônica, Memória coletiva, Memória cultural, Memória musical, Memória nacional, Memória popular, Memória social. Memória urbanística*
MERCADO • Feira	
MISSÃO • Missão artística francesa • Missões jesuíticas	
MODERNISMO	*Movimento modernista, movimento neocolonial, Patrimônio moderno*
MONUMENTALIDADE	*Caráter monumental, Monumentalização*
MONUMENTO	*Monumento arqueológico**, Monumento funerário, Monumento histórico, Monumento mundial, Monumento nacional**, Monumento natural**, Monumento paisagístico, Monumento pré-histórico, Monumento religioso, Monumento religioso negro, Monumento urbano*
MULTIDISCIPLINARIDADE	
MUSEOLOGIA	*Museografia, Museólogo, Cadastro nacional de museus, Sistema brasileiro de museus, Sistema de museus*
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	*Gustavo Dodt Barroso*
MUSEUS • DEMU • Museus do IPHAN	*Plano museal*
MÚSICA	*Música colonial brasileira, Música erudita, Música folclórica, Música popular, Musicologia*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
NAÇÃO	*Caráter nacional, Caráter regional, Célula mater da nacionalidade**, Coletividades brasileiras, Construção da Nação, Próprio nacional**, Retrato brasileiro*
NARRATIVA • Oralidade	*Leitura, Discurso, Transmissão de conhecimento, Narrativas míticas, Construção histórica*
NOTIFICAÇÃO	
NORMATIZAÇÃO	*Normas, Gabarito*
NÚCLEO URBANO	*Área urbana**, Bairro histórico*
NUMISMÁTICA	
ORDENS RELIGIOSAS	*Carmelitas; beneditinos, franciscanos*
• Companhia de Jesus	*Patrimônio jesuítico, Reduções jesuíticas*
ORIGINAL	
PAISAGEM**	*Agenciamento paisagístico, Ambientação paisagística, Gruta, Lagoa, Lapa, Morro, Parque, Praia, Serra, Paisagem cultural, Paisagem natural, Paisagem urbana, Paisagem física, Paisagismo, Paisagístico, Zona de preservação paisagística, Beirario, Beira-mar*
PALÁCIO	*Paço*
PARQUE	*Parque estadual, Parque histórico nacional, Parque municipal, Parque nacional, Aterro*
PASSOS	
PASTICHE	*Cópia*
PATRIMÔNIO • Patrimônio material • Patrimônio imaterial • Patrimônio natural** • Patrimônio arqueológico • Patrimônio cultural da humanidade** • Patrimônio documental	*Herança, Passado, Enraizamento, Patrimonialização, Patrimônio cultural**/ patrimônio cultural brasileiro**, patrimônio cultural, nacional / patrimônio nacional**, Patrimônio histórico/patrimônio histórico e artístico nacional, patrimônio artístico / patrimônio monumental consagrado*
	Patrimônio arquitetônico, patrimônio construído, patrimônio edificado
	Patrimônio invisível, patrimônio não físico, patrimônio intangível
	*Patrimônio ambiental, patrimônio florestal**, patrimônio ecológico, patrimônio paisagístico***
	Patrimônio espeleológico
	Patrimônio mundial, cultural e natural
	Programa Memória do Mundo - UNESCO
PAVILHÃO*	
PERDA	*Destruição, Permanência, Sobrevivência, Pertencimento, Legado, Nostalgia, Passado.*
PESQUISA	*Estudos técnicos, Campo da Preservação e do Patrimônio Cultural, Produção de conhecimento, Acesso à documentação, Acesso à Informação, Publicações, Guias, Manuais*
PINTURA*	*Pintura e ornamentação corporal, Pintura em perspectiva (ilusionista), Pintura mineira colonial, Pintura religiosa de cobertura*
PLANO DIRETOR	
PODER DE POLÍCIA ADMNISTRATIVA	
POLÍTICA ESTATAL	*Política cultural, Regime político, Descentralização*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
POLÍTICA INSTITUCIONAL	*Política de Preservação**, Política pública de preservação, Política de urbanismo, Poder de polícia, Poder de polícia administrativa**, Poder simbólico, Descentralização, Regimento***
PONTE	
PORTO	
POPULAÇÃO	*População afro-brasileira, População indígena, População quilombola, População ribeirinha, População tradicional, Povos caçadores e coletores, Povos da floresta, Povos indígenas, Povos jesuíticos, Grupos hegemônicos, reivindicação*
PRAÇA	
PRÉ-HISTÓRIA v. ARQUEOLOGIA	
PRESERVAÇÃO	*Ação institucional, Defesa**, Desapropriação**, Eficácia simbólica, Fomento, Função social, Qualidade de vida, Preservacionismo, Conservadorismo, Democratização, Ideologia,*
PROJETO	*Projeto político, Cidade planejada X cidade espontânea, Projeto urbanístico/ arquitetônico / paisagístico*
PROMOÇÃO	*Difusão**, Disseminação, Divulgação*
PROTEÇÃO	*Proteção da natureza, Proteção do patrimônio**, Proteção legal*
QUARTEL	
QUILOMBO	
RECONSTRUÇÃO	
REFERÊNCIA CULTURAL	*Apropriação, Reapropriação, Referenciamento**, Processo de apropriação de bens patrimoniais, Processo de valorização dos bens, Sujeitos, Público*
REGIME POLÍTICO	
REGISTRO • Continuidade histórica • Decreto 3551 / 2000 • Livros de registro	*Caráter provisório do registro, Chancela*
RELIGIOSIDADE	*Religião, Mitologia, Religiões afro-brasileiras, Religiosidade popular, Ritos, Sincretismo, Sincretismo religioso, Xamanismo*
REMANESCENTES	
REPARAÇÃO**	
REPERTÓRIO	
REPRESENTAÇÃO	*Semiótica, Universo simbólico, Eficácia simbólica, Sistema simbólico*
RERRATIFICAÇÃO	
RESERVA	*Reserva biológica, Reserva ecológica, Reserva florestal, Reserva indígena, Reserva marinha, Recursos naturais não-renováveis, Recursos naturais renováveis, Recursos naturais***
RESERVATÓRIO*	*Açude, Caixa d'água*
RETÁBULOS	*Altar*
RESTAURAÇÃO	*Restauro*
RESTITUIÇÃO	
REVITALIZAÇÃO	*Revitalização Cultural*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
RUÍNAS	
SABERES	*(livro de registro) (exemplos)*
OBRAS DE ARTE	*Saída de obras de arte*
SALVAGUARDA**	*Salvamento, Registro*
SELEÇÃO	*Escolha, arbitragem, processo de atribuição de valor, Negociação, Processo Decisório, Princípios.*
SENTIDO • Ressignificação	*Significado, Significado arqueológico, Significado histórico e artístico, Conteúdos, Referência, Sistema simbólico, Universo simbólico*
SÍMBOLO	*Arbitragem, Arbitrariedade, Argumento de valoração, Atribuição de valor, Escolha, Política Estatal*
SÍTIO	*Reduções jesuíticas, Sitio arqueológico **, Sítio arquitetônico, Sítio histórico, Sítio paisagístico, Sítio paisagístico urbano, Sitio urbano*
SOCIEDADE	*Civilização, Civilização brasileira, Civilização da cana de açúcar, Civilização jesuítico-guarani, Civilização material, Civilização urbana, Classes dominantes, Classes subalternas, Ordem social, Práticas sociais, Psicologia social, Sistemas sociais, Sociedade complexa, Sociedade simples, Sociedades indígenas, Sociologia, Sociólogo*
SUSTENTABILIDADE	*Desenvolvimento sustentável, Economia*
TEATRO	
TECNOLOGIA • Tecnologia patrimonial	*Processos tecnológicos, Estágios tecnológicos, Bens de caráter tecnológico* *Materiais construtivos, Técnicas construtivas, Modos de construir, Padrão técnico*
TERREIRO	
TERRITÓRIO	*Processo histórico de ocupação, Ocupação predatória, Espaço territorial protegido (Constituição de 1988), Terras indígenas demarcadas, Sertão, Beira-Rio, Litoral*
TOMBAMENTO • Tombamento provisório • Tombamento compulsório** • Tombamento voluntário** • Livros de tombo	*Acautelamento, Certidão de tombamento, Chancela, Individual X de conjunto, In extremis, Inscrição**, Notificação**, Processo de tombamento*
TRAÇADO URBANO	*Forma urbana, Pavimentação, Cordeamento, Arruamento, Traçado urbano colonial*
TRADIÇÃO	*Tradição folclórica, Tradição interpretativa, Tradição popular*
TURISMO	*Turismo cultural, Itinerário cultural*
UNESCO	
URBANISMO • Plano de preservação	*Planejamento urbano, Área urbana, Concepção Urbanística, Configuração urbana, Revitalização urbana, Contexto urbano, Desenvolvimento predatório, Equipamento urbano, Escala, Pensamento Higienista, Periferia, Planta urbana, Plano urbanístico, Tecido social urbano, Tecido urbano, Urbanização**
USO	*Usuários, Utilidade pública*

Verbetes e subverbetes	Temas relacionados
VALOR • Valor arqueológico** • Valor arquitetônico • Valor arquitetônico urbano • Valor artístico** • Valor bibliográfico** • Valor cultural** • Valor de ancianidade • Valor de nacionalidade • Valor de novidade • Valor de uso • Valor ecológico** • Valor escultórico • Valor estético** • Valor etnográfico** • Valor excepcional** • Valor histórico** • Valor iconográfico • Valor individual • Valor isuficiente • Valor militar • Valor monumental • Valor nacional • Valor natural** • Valor paisagístico** • Valor pré-histórico** • Valor regional • Valor religioso** • Valor simbólico • Valor singular • Valor totêmico • Valor turístico**	
VIAJANTES	
VISIBILIDADE	
VIZINHANÇA	

Exemplo de dados que estarão disponíveis na Campanha Online

A seguir são apresentados alguns exemplos dos dados que serão disponibilizados para cada verbete e/ou e subverbete, com o objetivo de estimular a participação dos colaboradores na Campanha. Trata-se do preenchimento dos campos dados preliminares, citações ou breves comentários sobre o assunto, sem a preocupação por parte da equipe do DIPC em padronizá-los, subvertes (definição preliminar), remissivas (definição preliminar) e, eventualmente, alguma indicação bibliográfica.

Esse material, elaborado pela equipe do Dicionário, ainda não está formatado, aguardando o layout das telas de alimentação do sistema online do DIPC.

Nos exemplos abaixo há verbetes que não apresentam sugestão de subverbetes. Nos casos de verbetes para os quais já foram propostos subverbetes, abrem-se novos formulários um pouco mais resumidos, mas que também trazem os campos: dados preliminares, temas relacionados, redação do subverbete.

AMBIÊNCIA

DADOS PRELIMINARES

Discutir o conceito de ambiência como originário da figura legal do entorno, mas tendo um caráter mais abrangente e ainda muito utilizado na argumentação da preservação sobre a importância/sentido/significado de áreas, características e elementos de um determinado espaço não protegido mas que é importante para a compreensão/leitura de bens tombados.

"Entende-se, pois, que a ambiência teria um sentido de 'paisagem circundante', muito embora o bem seja parte integrante dessa paisagem, não vinculada apenas à acepção de invólucro." (SILVA, Aline de Figueirôa, 2007.p.53)

TEMAS RELACIONADOS

Ambiência cultural
Ambientação
Ambientação paisagística
Área circundante
Área de proteção da ambiência
Paisagem
Zona de preservação ambiental

SUBVERBETES

REMISSIVAS

AMBIENTE
ENTORNO
ESPAÇO
JARDIM
PAISAGEM
PRAÇA
VISIBILIDADE
VIZINHANÇA

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

BARROS, José Antônio Nonato Duque. Nota do tradutor. INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *CARTAS patrimoniais.* Cury, Isabelle (org). 3ed. Ver. E aumentada. Rio de Janeiro : IPHAN, 2004. P. 11-12.

PROGRAMA de Especialização em Patrimônio. Entorno dos bens tombados. MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia (pesq. e texto). Rio de Janeiro : IPHAN, 2007.

SILVA, Aline de Figueirôa. *Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife,* Recife-PE. PATRIMÔNIO práticas e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ANTROPOLOGIA

DADOS PRELIMINARES

A Antropologia abriga tradicionalmente três ramos: a Antropologia Biológica, outrora conhecida como Antropologia Física; a Arqueologia e a Antropologia Cultural ou Social. Atualmente, o campo da Antropologia está mais diretamente associado ao da Antropologia Cultural, visto que a Antropologia Biológica e a Arqueologia se constituíram ao longo dos últimos anos com referenciais teóricos e metodológicos próprios de trabalho.

A ação do IPHAN utiliza os aportes tanto do ramo ligado à Arqueologia fazendo uso do estudo do homem e da cultura material ao longo do tempo, como também usufrui dos instrumentos e métodos da Antropologia Cultural ou Social, valorizando a prática do trabalho etnográfico. No trabalho institucional a antropologia está diretamente ligada ao estudo ou à consideração dos modos de vida que geram toda a sorte de manifestações culturais (materiais ou não) e mais especificamente à pesquisa/ identificação/ seleção de bens para o Registro do patrimônio imaterial.

TEMAS RELACIONADOS

Antropólogo
Arqueologia (condições de existência de grupos desaparecidos)
Cultura popular
Práticas culturais

SUBVERBETES

Antropologia biológica
Antropologia cultural / social

REMISSIVAS

CNFCP(Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular)
FOLCLORE
INRC
MULTIDISCIPLINARIDADE
REFERÊNCIA CULTURAL
REGISTRO
PATRIMÔNIO IMATERIAL

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CORRÊA, Alexandre Fernandes. http://www.antropologia.com.br/colu/colu10.html

DaMATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura:* um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA
SUBVERBETE/ANTROPOLOGIA

DADOS PRELIMINARES

Estudo do homem em sua qualidade de ser biológico, dotado de um aparato físico e uma carga genética, com um percurso evolutivo definido e relações específicas com outras ordens e espécies de seres vivos. O especialista em Antropologia biológica dedica-se à análise das diferenciações humanas utilizando esquemas estatísticos, dando atenção ao estudo das sociedades de primatas superiores, à especulação sobre a evolução biológica do homem em geral – apreciando, por exemplo, a evolução do cérebro ou do aparato nervoso e ósseo utilizado e mobilizado para andar; ou está dedicado ao entendimento dos mecanismos e combinações genéticas fundamentais que permitam explicar diferenciações de populações.

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ANTROPOLOGIA CULTURAL / SOCIAL

SUBVERBETE/ANTROPOLOGIA

DADOS PRELIMINARES

A antropologia cultural (ou social) sistematiza e reflete sobre os planos de consciência da vida coletiva e da vida individual. Os antropólogos sociais observam sistemas de ações concretas e de práticas vividas por um dado grupo em um certo período de tempo. Os conceitos-chave de estudo da Antropologia são "cultura" e "sociedade". Com base nesses dois conceitos, diversas abordagens e teorias modernas sobre a cultura foram formuladas ao longo da história da disciplina, sendo a capacidade auto-reflexiva preocupação central para esse campo do conhecimento. A noção de cultura foi compreendida como sistema cognitivo, estrutural e simbólico.

No IPHAN está inteiramente ligada às pesquisas para confecção dos inventários, para a formulação dos dossiês para registro de patrimônio Imaterial e para os planos de salvaguarda propostos para cada registro dado.

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DE SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ARBÍTRIO

DADOS PRELIMINARES

Pensar no Estado como árbitro do que é considerado patrimônio cultural.
Discutir a função simbólica do valor de patrimônio.
Discutir o processo de atribuição de valor dos bens – de um lado o uso dos símbolos pela sociedade (processo não conceitual) e de outro a construção conceitual de valores (arbitragem) por parte da esfera institucional.
Discutir o uso do valor excepcional nas escolhas feitas pelo IPHAN.
"Foi, portanto, relativamente aos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente de arquitetura religiosa, que a instituição desenvolveu a maior parte de suas pesquisas, o que permitiu, ao longo do tempo, que se formulassem critérios considerados seguros para as decisões sobre tombamento e sobre os trabalhos de restauração." (FONSECA, Maria Cecília Londres , 2005. p.110)

TEMAS RELACIONADOS

Arbitragem
Arbitrariedade
Argumento de valoração
Atribuição de valor
Escolha
Poder discricionário
Política estatal
Seleção

SUBVERBETES

REMISSIVAS

CONSELHO CONSULTIVO
DECRETO-LEI 25/37
JUÍZO
LEGISLAÇÃO
POLÍTICA ESTATAL
SELEÇÃO
VALOR

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo : trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília : UFRJ; MINC/IPHAN, 2005.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ARQUEOLOGIA

DADOS PRELIMINARES

Arqueologia no IPHAN – ênfase na, gestão(burocrática de projetos apresentados por terceiros), não é desenvolvida como campo do conhecimento.
Noção da importância do patrimônio arqueológico desde o Ante-projeto de Mario de Andrade.
Surge no IPHAN voltada para proteção de acervos com valor estético, excepcional, (objetos e coleções arqueológicas).
Enfoque, antropológica, recente da arqueologia.
Caberia ao IPHAN um papel importante do IPHAN na constituição do campo do conhecimento arqueológico por causa das próprias demandas da gestão do patrimônio arqueológico.

TEMAS RELACIONADOS
Alfredo Rusins (1º arqueólogo no IPHAN)
Arqueologia urbana
Arqueólogo
Cadastro de jazidas arqueológicas
Cerâmica arqueológica
Colaboradores (poucos arqueólogos no IPHAN)
Conhecimento
Escavações arqueológicas
Estratigrafia/corte estratigráfico
Estearias**
Evidência arqueológica
Lei de arqueologia
Linhas de investigação
Objetos de interesse
Paleoameríndios**
Pesquisa
Pesquisa arqueológica
Poços sepulcrais**
Tesos**

SUBVERBETES
Lei de arqueologia
Prospecção
Arqueologia histórica
Arqueologia pré-histórica
Arte rupestre
Coleção arqueológica

REMISSIVAS
BEM
COLEÇÃO
DECRETO LEI 25/37
PATRIMÔNIO (ARQUEOLÓGICO)
SÍTIO
LEGISLAÇÃO

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

ARQUITETOS MODERNISTAS

DADOS PRELIMINARES

Discutir o papel do grupo pioneiro de arquitetos que se engajou no IPHAN, responsável por estabelecer a relação entre o movimento moderno (ou pressupostos modernistas) e o resgate do passado genuinamente brasileiro – produção arquitetônica identificada com a construção da nacionalidade brasileira.

Discutir a presença maciça de arquitetos na criação e consolidação do IPHAN e, portanto, a ênfase histórica dada ao patrimônio arquitetônico como manifestação cultural privilegiada para as ações institucionais de preservação e proteção.

TEMAS RELACIONADOS

SUBVERBETES

REMISSIVAS
ESTADO NAÇÃO
ESTILO
FASE HERÓICA v. IPHAN
INTELECTUAIS
LEGITIMIDADE
MODERNISMO
PATRIMÔNIO

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CAVALANTI, Lauro. AS PROCUPAÇÕES DO BELO. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília: UFRJ; MINC/IPHAN, 2005

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória:* a construção do patrimônio histórico e artiístico Nacional no Brasil, nos anos (1930-1940). 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1998.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOTECA

DADOS PRELIMINARES

"A constituição de bibliotecas no IPHAN começa antes mesmo da criação da Instituição. A primeira biblioteca criada a partir de 1936 por Rodrigo Mello Franco de Andrade foi a Biblioteca Noronha Santos exatamente para a implantação do então SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional."

No âmbito da Administração Central, a criação de bibliotecas "destina-se, primeiramente, aos técnicos do IPHAN para a elaboração de seus estudos e pareceres, mas atende também a pesquisadores externos como universitários, mestrandos, doutorandos e autores de publicações sobre os assuntos de sua especialidade".

TEMAS RELACIONADOS
Bibliotecário
Bibliotecas do Iphan
Obras raras
REDARTE
Sistemas de informação
Vocabulário controlado
Ciência da informação

SUBVERBETES
Biblioteca Noronha Santos
Biblioteca Aloísio Magalhães

REMISSIVAS
ACERVO
ARQUIVO
DOCUMENTAÇÃO
GESTÃO
PESQUISA
COLEÇÃO

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
TEXTOS elaborados pela equipe da Biblioteca Noronha Santos, [19..]. Rio de Janeiro. Arquivo administrativo da Biblioteca Noronha Santos.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

BIBLIOTECA NORONHA SANTOS

SUBVERBETE/BIBLIOTECA

DADOS PRELIMINARES

"A primeira biblioteca criada a partir de 1936 por Rodrigo Mello Franco de Andrade" para a implantação do IPHAN. Seu acervo conta com cerca de 20.000 volumes e é especializado em "Arte, História da Arquitetura, História do Brasil, notadamente do Rio de Janeiro, Arqueologia, Museologia e patrimônio (Arquitetônico, Natural, Religioso, Histórico, e Cultural), tornando-o incomparável em sua especialização."

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES
SUBVERBETE/BIBLIOTECA

DADOS PRELIMINARES

"A Biblioteca Aloysio Magalhães foi criada em 1977, pertencendo, na época, ao Centro Nacional de Referência Cultural. O referido Centro foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória em 1979 e em 1990, ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural", hoje IPHAN.

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

DIREITO

DADOS PRELIMINARES

A história do IPHAN relaciona-se com a própria história do Direito. A iniciativa de preservar o patrimônio contrariou o direito de propriedade, havendo, então, necessidade de recorrer a um instrumento legal.

"Existe , por vezes, uma aparente contradição entre a face privada e a face pública do direito e propriedade. No entanto, se entendermos que o direito de propriedade nasce, necessariamente, com estes dois aspectos, não há como aceitar qualquer contraposição entre a sua função social e o seu desfrute individual. O código Civil, que, como já mencionamos, regula os aspectos privados da propriedade, em momento algum impede, antes pelo contrário expressa a incidência da limitação de caráter público, decorrente do interesse coletivo – as chamadas limitações administrativas."(RABELLO, Sonia, 1991. p. 125)

"Assim, o Direito brasileiro vem mudando de tônica e de conteúdo na proteção dos bens ambientais, naturais e culturais, mas o velho Decreto-Lei 25/37, continua como desbravador, o primeiro a apontar o caminho, o sentido e a forma de proteger bens ambientais, abrindo espaço para a própria modificação do Direito pátrio".(SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de, 1997. p.13)

TEMAS RELACIONADOS

Bem público X Bem privado
Direito autoral
Direito civil, administrativo, constitucional, ambiental
Direito público
Direitos culturais (artigo 215 da constituição de 1988)
Direitos humanos
Figuras legais/instrumentos legais de preservação
Foro privilegiado

SUBVERBETES

Instituto do tombamento
Direito de propriedade**

REMISSIVAS

ARBÍTRIO
JUÍZO
LEGISLAÇÃO
MULTIDISCIPLINARIDADE
PROTEÇÃO
DECRETO LEI 25

ETMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais.* Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade editorial. 1997. 140p.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

DIREITO DE PROPRIEDADE
SUBVERBETE/DIREITO

DADOS PRELIMINARES

[...] a proteção só foi possível com o advento da constituição de 1934 e seguintes, que impunham restrições ao exercício do direito de propriedade. A partir das constituições instituidoras do Estado do Bem-Estar-Social, a propriedade privada deixou de ser absoluta e foi relativizada pelo interesse público ou bem comum [...] (SOUZA FILHO,1997, p. 19)

TEMAS RELACIONADOS
Função social da propriedade
Bens de interesse público
Bens sócio-ambientais

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

FOLCLORE

DADOS PRELIMINARES

(contexto internacional) " Mas as pressões em favor da 'reforma' sofriam uma resistência teimosa: e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre cultura patrícia e da plebe. [...] Quando surgiu o estudo do folclore, esses costumes já começavam a ser vistos como 'antiguidades', resíduos do passado [...] Assim, desde sua origem, o estudo do folclore teve este sentido de distância implicando superioridade, de subordinação [...], vendo os costumes como remanescentes do passado. [...] Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. (THOMPSON, 1998. P 13, 14, 19)

" Todos os países do mundo, raças, grupos humanos, família, classes profissionais, possuem um patrimônio de tradições que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. Cresce com os sentimentos diários desde que se integre nos hábitos grupais, domésticos e nacionais. Esse patrimônio é o Folclore." (CASCUDO, 1967).

Contexto nacional

O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, atendendo a uma demanda do Estado Brasileiro, cuja finalidade principal consistia na instituição do "Serviço do Patrimônio Artístico Nacional", além de determinar, organizar, conservar, defender e propagar este patrimônio, traz em seu texto uma preocupação em orientar as práticas de preservação com vistas a contemplar as manifestações folclóricas.

No entanto, oDecreto-Lei Nº 25 privilegiou o Patrimônio sob um aspecto que não inclui valores processuais, antes contempla uma tipologia de bens que se convencionou chamar de material. O termo Folclore não figura neste documento.

As trajetórias do campo do Folclore e do Patrimônio Cultural se bifurcam nesse momento, somente voltndo a se comunicar na década de 90/séc.XX, com a introdução das discussões acerca a formulação de uma política par o patrimônio material, relacionando à cultura popular e conseqüentemente ao folclore.

Na Carta do Folclore Brasileiro datada de 1951, lemos o seguinte conceito: "Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO" Esta mesma definição está presente já na Carta do Folclore Brasileiro de 1995.

No Brasil, todos os anos, no dia 22 de agosto é comemorado o dia do folclore. Essa data foi instituída pelo em 1965 através do decreto federal nº 56.747/65, assinado pelo então presidente Humberto Castelo Branco. Reza o documento em seu artigo primeiro que: " Será celebrado a 22 de agosto, em todo o território nacional o Dia do Folclore" (BRASIL, Decreto nº 56.747, 1965). O referido documento foi inspirado na Carta do Folclore

Brasileiro de 1951 , elaborada e aprovada durante o I Congresso Brasileiro de Folclore no referido ano.

O tema Folclore está presente como patrimônio desde o ante-projeto de Mário de Andrade, sua relação estreita com o conceito de cultura popular, sua trajetória como conceito desde as recomendações internacionais, constituição de 1988 até a criação do patrimônio imaterial como categoria específica de patrimônio.

Embora não explicitamente, o folclore pode ser enxergado nas manifestações culturais ditas populares, expressas na Carta Constitucional de 1988.

FOLCLORE (cont.)

DADOS PRELIMINARES

Art. 215.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira,

A Constituição Brasileira de 1988 consagra a concepção de patrimônio mais ampliada. Concepção esta debatida já na década de 70 do século passado no cenário internacional e nacional, principalmente a partir da gestão de Aloísio Magalhães, com sua visão pluralista de patrimônio.

A Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989); A Carta de Fortaleza (1997); A Declaração Mundial Sobre a Diversidade Cultural (2001); e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) são documentos que versam sobre as questões que envolvem a categoria de bens na qual as manifestações folclóricas podem estar incluídas.

TEMAS RELACIONADOS
Costumes
Práticas culturais
Contos, causos
Sabedoria popular

SUBVERBETES
CNFCP

REMISSIVAS
PATRIMÔNIO
CULTURA POPULAR
TRADIÇÃO
BEM
SÍMBOLO

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRAFICA

CASCUDO, Luis da Câmara. Folclore do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

Dicionário do folclore brasileiro. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio – um anteprojeto atual. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 30 ,2002.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

HISTÓRIA

DADOS PRELIMINARES

- Discutir o ofício do historiador como balizador de políticas de preservação numa instituição de memória.

O conhecimento histórico sempre foi fundamental na proteção do patrimônio cultural no Brasil, contudo, as concepções que orientaram a produção desses valores estiveram vinculadas à história factual, que buscava verdade nas fontes documentais tradicionais. A história, portanto, tornou-se meramente fonte de informação de dados para os trabalhos de identificação e conservação e restauração dos bens arquitetônicos. Essa prática tornou-se rotineira na Instituição. Somente a partir dos anos 80/séc XX, com a formulação da noção de referência cultural e o ingresso de novos profissionais dentre eles historiadores, iniciou-se um questionamento e a introdução de novas concepções de história. O bem cultural passou a ser concebido como documento histórico impresso no território, vestígio de tempos passados reapropriados no presente e fonte de produção de conhecimento.

Após a constituição de 1988, com a diversificação da natureza de bens passíveis de serem considerados patrimônio cultural, tem se dado uma significativa ampliação dos estudos acadêmicos no campo disciplinar da história, desde os anos 90, no século XX.

"O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado esteja ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida-, que deixa de ser definitivamente passado." (LE GOFF, Jacques, 2003. p.25)

TEMAS RELACIONADOS

Historia da arquitetura
História das mentalidades
História nacional
História oral
Historiador
Historiografia

SUBVERBETES

REMISSIVAS

MEMÓRIA
IDENTIFICAÇÃO
PRESERVAÇÃO
HISTÓRIA DA ARTE

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2003.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

INSTITUTO DO TOMBAMENTO
SUBVERBETE/DIREITO

DADOS PRELIMINARES

"O tombamento pertence ao mundo do Direito Público, é instituto do Direito Administrativo porque se relaciona com a possibilidade e o dever do Estado de realizar um fim público." (SOUZA FILHO, 1997, p.62.

TEMAS RELACIONADOS
Ato constitutivo
Ato declaratório

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

INVENTÁRIO

DADOS PRELIMINARES

Instrumento técnico que se dedica a coletar, reunir e sistematizar dados sobre os bens já protegidos para subsidiar as ações de preservação dos mesmos ou para auxiliar na identificação e valoração de outros bens a serem protegidos.

Os dados podem ser coletados a partir de levantamentos de campo, do levantamento documental e em alguns casos da pesquisa sobre a história de atuação do IPHAN na gestão dos bens.

- Inventário explicitamente citado na Constituição de 1988.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Valor do inventário como instrumento, em si, de preservação, registro dos dados; requisito para candidatura das cidades a patrimônio mundial.

“O fato é que, em setembro e 1939, fazendo um balanço das atividades do Sphan, Rodrigo M. F. de Andrade dizia, acentuando a necessidade de o inventário preceder ao tombamento”. (FONSECA, Maria Cecília Londres, 2005. p.11)

“Havia a clara consciência de que era necessária a construção de um conhecimento novo, específico, mesmo em áreas já estudadas, sobre os bens que constituíam o patrimônio. Daí a importância dos trabalhos de inventário, de levantamento de fontes de informação, de proteção de documentos, da produção de estudos e pesquisas, visando a elaborar quadros referenciais para orientar a seleção de bens, e classificações para ordenar o conhecimento acumulado.” (FONSECA, Maria Cecília Londres, 2005. p.112)

TEMAS RELACIONADOS
Fichamento
Informação
Informatização
Pesquisa

SUBVERBETES
IBA
INBI-SU
INBMI
INCEU
INRC

INVENTÁRIO (cont.)

REMISSIVAS
BEM
CIDADE
CRITÉRIO
DOCUMENTAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO
NORMATIZAÇÃO
PESQUISA
PLANO DIRETOR
REFERÊNCIA CULTURAL
SELEÇÃO
SÍTIO

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

INVENTÁRIO nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento, versão: 2001. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil : uma trajetória.Brasília : Secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional, 1980.

INVENTÁRIO nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo : trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília : UFRJ; MINC/IPHAN, 2005

INVENTÁRIOS de identificação: um programa da experiência brasileira. MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Rezende (orgs). Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

PAISAGEM

DADOS PRELIMINARES

- Termo polissêmico, abordado por diferentes disciplinas, tais como a arquitetura e urbanismo, ecologia, arqueologia e geografia.

- A partir de sua utilização na pintura, as iniciativas em torná-la um conceito científico fizeram com que a paisagem fosse elevada um dos conceitos estruturantes para a geografia, segundo algumas das correntes da disciplina.

- No Brasil, a existência do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da legislação que institui a figura legal do tombamento em 1937 revela que naquele momento já havia interesse na preservação de paisagens como patrimônio nacional. Historicamente foi tratada, sobretudo, a partir de um olhar naturalista ou ligado à tradição do paisagismo na arquitetura.

- Recentemente as discussões sobre a construção da categoria de paisagem cultural como instrumento de reconhecimento e preservação do patrimônio têm incorporado aspectos da integração entre natural e cultural e entre material e imaterial.

"[...] conforme apreciação do professor Ulpiano Meneses (MENEZES, 2002, p.29), a 'paisagem' é um conceito complexo, que admite uma infinidade de aportes e passeia por diferentes disciplinas, desde a geografia, como um de seus principais conteúdos, até atingir o âmbito da preservação cultural, inclusive constituindo categoria do patrimônio da humanidade instituída pela UNESCO em 1992."

"É na paisagem que se materializa a relação entre o homem e a natureza, em determinado tempo e espaço. Ela é um sistema composto por formas integrantes e interdependentes; é viva, dinâmica (Menezes, 2002, p.53), está em processo constante de desenvolvimento e de substituição."Ao mesmo tempo, um sistema, é também uma unidade, "constituída por atributos que a tornam homogênea, coesa e única dentro de um conjunto de paisagens."

" O movimento de renovação da geografia cultural teve o papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. AQueles interessados na produção de uma reflexão sobre a ação de identificação e preservação do patrimônio não devem negligenciar nenhuma das duas vertentes" (RIBEIRO, 2007. p.31)

TEMAS RELACIONADOS

Agenciamento paisagístico
Ambientação paisagística
Beira-mar
Beira-rio
Gruta
Lagoa
Lapa
Morro
Paisagem cultural
Paisagem física
Paisagem natural
Paisagem urbana
Paisagismo
Paisagístico
Parque
Praia
Serra

SUBVERBETES

Zona de preservação paisagística

PAISAGEM (cont.)

REMISSIVAS
TOMBAMENTO
CARTAS PATRIMONIAIS
ENTORNO
AMBIÊNCIA
LUGARES
TERRITÓRIO

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo (org). Turismo e paisagem. São Paulo : Contexto, 2002.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SILVA, Aline de Figueirôa. *Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE*. Patrimônio práticas e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

PATRIMÔNIO

DADOS PRELIMINARES

"A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens."(FONSECA, Maria Cecília Londres, 2005. p.58)

"Na acepção dicionarizada do começo do século XX, no Brasil, a palavra patrimônio significava: "Herança paterna. Bens de família. Bens necessários para a ordenação de um eclesiástico" (FIGUEIREDO, 1925). Hoje em dia, deu-se uma relativa ampliação ao termo. Embora mantendo sua característica essencial de bem passível de posse, passou a incluir também, por um lado, a noção de bens cujo valor pode ser apenas econômico, oi, ainda, bens imateriais, cujo valor é exclusivamente simbólico."(CHUVA, Márcia, 1998. p.34)

TEMAS RELACIONADOS

patrimônio artístico
patrimônio cultural brasileiro**
patrimônio cultural nacional
patrimônio nacional**
Patrimônio cultural**
Patrimônio histórico
patrimônio histórico e artístico nacional
patrimônio monumental consagrado

SUBVERBETES

Patrimônio arqueológico
Patrimônio cultural da humanidade**
Patrimônio documental
Patrimônio genético
Patrimônio imaterial
Patrimônio material
Patrimônio natural**

REMISSIVAS

BEM
GESTÃO
PRESERVAÇÃO
PROTEÇÃO
TRADIÇÃO
VALOR

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

PATRIMÔNIO (cont.)

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória:* a construção do patrimônio histórico e artiístico Nacional no Brasil, nos anos (1930-1940). 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília: UFRJ; MINC/IPHAN, 2005

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra Cassia Araújo. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008. (coleção primeiros passos)

SANT'ANNA, Márcia (org). O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2ed. Brasília : IPHAN; FUNARTE, Julho de 2003.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

SUBVERBETE/PATRIMÔNIO

DADOS PRELIMINARES

O patrimônio arqueológico no IPHAN esteve inicialmente ligado a valores artísticos e excepcionais – os primeiros tombamentos foram de coleções arqueológicas.

A gestão do patrimônio arqueológico passou a ser obrigação do Estado a partir de 1961, com a Lei 3924/61.

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

PATRIMÔNIO IMATERIAL

SUBVERBETE/PATRIMÔNIO

DADOS PRELIMINARES

"(...) processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988)" Carta de Fortaleza, 1997.

Conforme a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 Patrimônio Imaterial pode ser definido como: "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável."

Ver definição do Livro da Coleção Primeiros Passos "O que é Patrimônio Imaterial"

Histórico

Os debates acerca do chamado Patrimônio Cultural de natureza imaterial, no Brasil, "remontam aos anos 30, com as pesquisas e as propostas de Mário de Andrade; aos anos 50, com a mobilização nacional feita pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, posteriormente incorporada à Funarte; e aos anos 70-80, com as experiências desenvolvidas no Centro Nacional de Referência Cultural e na Fundação Nacional Pro-memória, sob a liderança de Aloísio Magalhães e seus sucessores." LONDRES, Cecília. Três Anos de Existência do Decreto Nº 3.551/200. In. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed, 2003. P. 09.

Em 1988 a Constituição Federal, em seu Artigo 216, faz menção a essa tipologia de bem e, em 1997, em Fortaleza, um seminário intitulado "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" é realizado, resultando no documento conhecido por Carta de Fortaleza. Esse Seminário, dentre outros objetivos, buscou elaborar diretrizes para "a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Art. 216 da CF/1988).

Finalmente, em 2000 um decreto criado instituindo o "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências." Decreto Nº 3.551 de 4 de Agosto de 2000.

Desde então, o IPHAN, em conjunto com agentes da sociedade civil, tem trabalhado no sentido de inventariar os bens dessa natureza.

TEMAS RELACIONADOS

REDAÇÃO DO SUBVERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

REGISTRO

DADOS PRELIMINARES

Os estudos que foram feitos para criação do decreto nº3551 de 4 de agosto de 2000 que determina a figura de registro como instrumento legal para patrimônio de natureza imaterial dizem que : "... o registro não como um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. Mais do que uma inscrição em Livro público ou ato de outorga de um título, o registro corresponderá à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural."

"A tramitação do processo de registro, análoga a do tombamento, tem início a partir da instauração de processo administrativo para *reunião de documentação e avaliação da relevância cultural do bem , remetendo-se a decisão final a instância superior – no caso, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural."

* O DOSSIÊ é a sistematização do trabalho de pesquisa (de campo, de fontes e iconográfica) e mais o inventário(Inventário Nacional de Referência Cultural – INRC), nos casos em que é realizado a respeito do bem a ser registrado.

Discutir a relação entre os institutos do registro e o de tombamento.

TEMAS RELACIONADOS

Caráter provisório do registro
Chancela
Dossiê

SUBVERBETES

Continuidade histórica
Decreto 3551 / 2000
Livros de registro

REMISSIVAS

CELEBRAÇÕES
CONSTITUIÇÃO DE 1988
FAZERES
FORMAS DE EXPRESSÃO
IDENTIFICAÇÃO
LUGARES
PRESERVAÇÃO
REFERÊNCIA CULTURAL
SABERES
TOMBAMENTO
TRADIÇÃO
TRADIÇÃO

ETIMOLOGIA

ABONAÇÕES

VERSÕES

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

SANT'ANNA, Márcia (org). O registro do Patrimônio Imaterial : Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2ed. Brasília : IPHAN; FUNARTE, Julho de 2003.

INDICAÇÃO ICONOGRÁFICA

REDAÇÃO DO VERBETE

ESPAÇO DE DISCUSSÃO

Bibliografia de Apoio

Obras de referência:

CÓDIGO de classificação de assuntos - IPHAN - Atividades FIM, 2004. (parecer nº 002/2006 - MTDR/Prot/DEPAM/IPHAN.

CRYSTAL, David. *Dicionário de Lingüística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2000.

CUNHA, Newton. Dicionário SESC – *A Linguagem da Cultura*. São Paulo: Perspectiva;SESC São Paulo, 2003.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Manual de intervençõesem jardins históricos. Brasília : IPHAN, 2005.

DICIONÁRIO de Filosofia do Direito. BARRETO, Vicente de (coord). Rio de Janeiro: Renovar; São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.

DICIONÁRIO de Lingüística. São Paulo: Cultrix, 2006.

DICIONÁRIO de Sociologia – Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Jorger Zahar , 1997.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

DICIONÁRIO Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CARTAS patrimoniais. Cury, Isabelle (org). 3ed. Ver. e aumentada. Rio de Janeiro : IPHAN, 2004.

NAJAR, Rosana. Arqueologia Histórica : Manual. Brasília : IPHAN, 2005.

NOVO DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PEQUENA ENCICLOPÉDIA de Moral e Civismo. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação/ Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967.

TESAURO de Folclore e Cultura Popular Brasileira (http://www.cnfcp.gov.br/esauro/).

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Artigos, teses e livros:

BARROS, Clara Emilia Monteiro de (pesq.). Lygia Martins Costa : De museologia, arte e política de patrimônio. Rio de Janeiro : IPHAN, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza C. “Fundamentos da lexicologia” in: *Teoria Lingüística:* teoria lexical e lingüística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BORBA, Francisco da Silva. “Montagem de Dicionários”. *Organização de Dicionários:* uma introdução à Lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BURKE, Peter e PORTER, Roy (org.) *Linguagem, indivíduo e sociedade:* história social da linguagem. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

BURKE, Peter (coord). *Línguas e jargões:* contribuições para uma história social da linguagem. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHUVA, Márcia. (org.). Rotas da Alforria : Trajetória da população Afro-descendente na Região de Cachoeira/BA. Rio de Janeiro : IPHAN/COPEDOC, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação, 2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo : trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. Ver. Ampl. Brasília : UFRJ; MINC/IPHAN, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça. "Terminologia revisitada" Delta, Vol. 16, nº 2. 2000.

LUCCA, J. L. de e NUNES, Maria das Graças Volpe. "Breve estudo sobre requisitos de ferramentas de software para construção de dicionários." Novembro de 2002. xerox.

OLIVEIRA, Ana Maria Ponto Pires de (org.) *As ciências do léxico:* lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMT, 2001.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. História da Arte : Impressionismo Europa e Brasil, 2007. (apostila).

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SAMPAIO, Nadia Terra. *Por uma lexicografia produtiva*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

Anexos

ANEXO I
GLOSSÁRIO

ABONAÇÃO

Trecho ou frase apresentados como exemplo de uso do termo.

ENTRADA (DE VERBETE)

Expressão ou palavra que abre um verbete em um dicionário, enciclopédia, glossário, vocabulário etc., sendo objeto de definição e informação.

NOMINATA

Lista ou relação de entradas de um dicionário, enciclopédia, glossário, vocabulário etc.

REMISSIVA

Indicação de relação entre entradas de verbetes, a qual pode ser de ordem temática e complementar, correlata sinonímica ou imperativa, de substituição.

SUBVERBETE

Verbete secundário, em que se enfatizam as divisões, espécies, modalidades do verbete principal ou locuções e expressões formadas com aquele termo.

VERBETE

Conjunto de acepções, exemplos e outras informações referentes ao termo apresentado com entrada.

ANEXO II
Exemplo de ficha

IPHAN/COPEDOC
Levantamentos de Fontes Bibiográficas

01. Local de Pesquisa / Localização:
Fundação Biblioteca Nacional

02. Instituição:
Observatório de Políticas Culturais da Escola de Comunicações e Artes / ECA - USP

03. Referência bibliográfica:
a) autor: TEIXEIRA, Coelho b) título: Dicionário crítico de Política Cultural : cultura e imaginário
c) título do periódico: d) edição: e) série: f) local: São Paulo
g) editor: Iluminuras/Fapesp h) data: 1997 i) volume: 0 j) número: 0
k) nº de paginas: 383 p l) notas especiais: Inclui índice de verbetes.
Inclui índice remissivo de termos e não termos.

04. Nº de verbetes:
205 termos definidos e 661 contextualizados

05. Público alvo:
Pesquisadores e estudantes específicos.

06. Área de conhecimento:
Sociologia e Ciência Política

07. Bibliografia:
Não apresenta uma relação, mas na introdução o autor explica que percorreu três universos bibliográficos distintos: primeiro que trata especificamente do tema como relatórios técnicos de organismos culturais, leis, atas de congresso, ensaios e teses de especialistas, o segundo refere-se à esfera imediatamente "conexa" como ensaios de sociologia da cultura, tratados de antropologia cultural e compêndios de história da cultura; e por fim, um último círculo mais vasto que poderia ser denominado "de irrigação" exemplificados por tratados de semiótica, filosofia ou psicanálise. / Por fim informa que a bibliografia consultada está a disposição no Observatório de Políticas Culturais da ECA - USP, sob o título de "Bibliografia Localizada de Políticas Culturais".
Apoio ao Projeto: Não

08. Eixos temáticos:

PATRIMÔNIO	PRESERVAÇÃO	PERSONALIDADES
Arquitetura	Legislação	
Práticas culturais//natureza imaterial	Sistema nacional	
Sítio urbano	Instituições	
Meio ambiente		
Arqueologia		

Outros:

09. Bibliografia especifica para o verbete: Sim

10. Remissiva: Sim
A remissiva é o que ele chama de não termo. / Toda vez que na descrição de um termo aparece uma palavra que corresponde aoutro verbete do dicionário, ela é grafada em negrito.

11. Ilustração: Não

12. Estrutura do verbete:
a) cabeças: Adega de arte; Conservação; Preservação; Museu; Arte-pública; Biblioteca; Circuito Cultural; Cultura; Ecomuseu; Folclore; Expropriação cultural; Histó riam imaginária; Identidade cultural; Imaginário; Memória; Multiculturalis mo; Museu de Arte; Patrimônio Cultural; Resistência Cultural...
b) Definição de verbete abrange Patrimônio: não
Estrutura-verbete-patrimonio conteudo: Mais ou menos. Ele até refere-se bastan te, mas de uma maneira distante. Suas idéias não me pareceram próximas às nossas discussões.

c) exemplo ou abonação: Não
Estrutura-verbete-exemplo conteudo:

IPHAN/COPEDOC
Levantamentos de Fontes Bibiográficas

13. Origem/Objetivo do dicionário:
Na introdução refere-se à definição de Política-cultural, historiazando o termo, à maneira pela qual um dicionário pode reordenar o conhecimento, mesmo sendo uma obra composta por fragmentos (verbetes) e ao desafio encontrado na elaboração desta obra.
Teve o único sentido de elaborar termos e conceitos que dessem conta de noções balizadas: " para fazer esta espécie de primeira consolidação conceitual da área, e criar as condições para falar-se da política cultural como uma ciência da organização das estruturas culturais " percorreu a bibliografia especializada e localizou termos e conceitos recorrentes. Um dos motivos que levaram à elaboração deste Dicionário foi a constatação de que um grande número de termos da área tinha seu conceito definido pelo uso, o que frequentemente não procedia. Desse modo a bibliografia consultada serviu como ponto de apoio para elaboração conceitual dos termos desta obra. Quando um verbete não apresenta referência, isto significa que o termo não se encontra escrito ou definido em nenhuma obra significativa, embora circule no discurso informal da área, o que o termo está sendo proposto pela primeira vez neste dicionário com o sentido que aqui lhe é atribuído.

Preencher lacuna bibliográfical X Resultado de pesquisa mais ampla Não explicitado

Subsidiar campo de trabalho específico X Edição comemorativa Interesse do autor

Outros:

14. Escopo do trabalho:
" Apresentar uma sistematização conceitual da área para um público amplo, que poderá valer-se destas informações no desenvolvimento de trabalhos práticos (em museus, centros de cultura, orgãos governamentais, entidades públicas) e de investigação teóricas ou teóricas-práticas".

15. Metodologia:
A primeira etapa da elaboração consistiu na identificação dos limites dessa área e do conjunto de denominações que se encontram em seu interior, tratando-se de constituir o vocabulário específico a partir do que é dado materialmente nos textos produzidos na área e reconhecidos por aqueles que dela participam. / " A organização geral do Dicionário comporta de uma primeira parte com os termos e suas definições e os não-termos (" denominações não definidas ou descritas nesta obra, mas mencionadas e eventualmente contextualizadas nos termos a que são remetidas") dispostos (ambos) em ordem alfabética; e de uma segunda parte com uma lista de termos e não termos, estabelecida também em ordem alfabética, cujo objetivo, além de fornecer um esquema geral do conjunto de entradas, é igualmente o de facilitar o acesso à obra". Nesta segunda parte, que nada mais é do que um índice (e a primeira o dicionário em si), os termos estão relacionados sempre à remissiva (que é um termo definido). / ESTRUTURA DO VERBETE: termo que consiste na cabeça ou entrada; sumário que é uma síntese dos tópicos abordados na definição do termo, dando ao leitor uma apresentação geral do conteúdo do verbete; termos relacionados, são sugestões ao leitor para a leitura de outros termos do dicionário que completam a compreensão do termo de entrada; definição e referências, sendo a lista das obras em que o termo aparece. / Para a redação dos verbetes, o autor optou por uma forma discursiva capaz de comunicar seu conteúdo, ao mesmo tempo que constrói um sistema conceitual (daí a palavra "CRÍTICO" acrescida ao título da obra), indicando que o tratamento dos objetos teóricos não se faz apenas de modo descritivo, mas sim acompanhado por uma contextualização.

16. Apêndices: Não

17. Outras publicações do autor:
" Moderno pós-moderno"; Arte e utopia"; Usos da Cultura: políticas de ação cultural"; " Uma outra cena"; " Em cena: o sentido"; " A construção do sentido na Arquitetura"; " Artand: posição da carne"; " O sonho de Havana" ; " Dicionário do brasileiro de bolso" ; " Semiótica, informação, comunicação" ...

18. Avaliação da obra:
Obra bem elaborada, carregada de teoria e com uma linguagem um tanto complexa.

19. Apoio ao projeto do dicionário IPHAN:

Definição de verbetes X Exemplo de estrutura/metodologia

Definição de eixos temáticos X Bibliografia X

Outros:

20. Observação:

Sim Não

ANEXO III
Instituições visitadas e bibliografia consultada

BIBLIOTECA NACIONAL

OBRAS DE REFERÊNCIA

Catálogos

Monumentos nacionais de Colombia - Siglo XIX
Cento e sete invocações da Virgem Maria no Brasil
Arte Brasileira contemporânea; coleção Gilberto Chateaubriand
Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte

Dicionários

Dicionário de Artista e Artífice na Bahia
Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiro: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia
Dicionários de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais
Dicionário Bio-bibliográfico Musical (brasileiro e internacional)
Dicionário crítico de Política Cultural : cultura e imaginário
Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)
Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo
Dicionário Histórico Brasil - Colônia e Império
Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930
Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910)
Dicionário Histórico-geográfico da província do Maranhão
Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais
Dicionário de Arte Sacra e técnicas Afro-brasileiras
Dicionário de Belas-Artes (termos técnicos e matérias afins)
Dicionário visual de Arquitetura
Dicionário da Arquitetura Brasileira
Dicionário das famílias brasileiras
Dicionário de Arqueologia
Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos
Dicionário de Artes Decorativas e Decoração de Interiores
Dicionário Folclórico da Cachaça
Dicionário Oxford de Arte
Dicionário Bibliográfico Brasileiro
Diccionário Popular, Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Literário
Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica
Dicionário do Folclore Brasileiro
Dicionário de suicidas ilustres
Dicionário Bio-bibliográfico brasileiro
Dicionário da Pintura Universal
Galeria dos brasileiros ilustres
COMPÊNDIO Veterinário: Dicionário Brasileiro de Medicamentos Veterinários

Diccionario de arquitetos: de la antiguedad a nuestros dias
As Minas Gerais: Dicionário Bibliográfico
Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado
Dicionário bibliográfico de escritores brasileiros contemporâneos
Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia
Pequeno Dicionário trilíngüe de gíria e linguagem coloquial; inglês, português, russo.
Dicionário Bibliográfico de Escritores Cariocas (1565-1965)
Admirável mundo atual; dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado
Tarô: dicionário & compêndio
Dicionário Biográfico de pernambucanos célebres
Dicionário das citações - 5000 citações de todas as literaturas antigas e modernas
Dicionário Brasileiro de datas históricas.
Dicionário de análise do discurso
Novo Dicionário brasileiro - 2001 (ilustrado)
Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil
Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira
Dicionário Cultural do Cristianismo
Dicionário Bibliográfico de Goiás
Dicionário de Educadores no Brasil - Da Colônia aos nossos dias
Dicionário Crítico do Pensamento da Direita - Idéias, instituições e personagens.
Dicionário do artesanato Indígena
Dicionário de autores paulistas
Dicionário Musical Brasileiro

Glossários
Glossário Técnico de Conservação e Restauração em pintura

Guias
Guia dos bens tombados : Bahia
Guia dos bens tombados – Brasil
Guia dos bens tombados: cidade do Rio de Janeiro
Guia dos bens tombados: Minas Gerais
Guia dos bens tombados: São Paulo
Guia de Museus Brasileiros
Guia dos Museus do Brasil
Guia para prospecção arqueológica no Brasil
Guia dos Museus no Brasil
Museus do Rio
Nas paragens do Aleijadinho (Guia das Minas Gerais)
Rio de Janeiro: Guia turístico-histórico-sentimental da cidade mais bonita do mundo
Guia do Folclore gaúcho
Mercado Velho de Santo Amaro
Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro
Sítio Histórico de Tiradentes: guia bibliográfico
Igrejas e movimentos sociais; Guia de pesquisa
Monumentos y lugares historicos de la Republica Argentina
Guia do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro
Guia das Igrejas Históricas da cidade do Rio de Janeiro

Centro Histórico de São Luís; Maranhão Patrimônio Cultural
Bens tombados de Diamantina
Patrimônio Cultural: bens tombados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro: Centro, Glória, Catete, Flamengo
Bens Tombados no Maranhão; tombamentos estaduais
Bens móveis e imóveis inscritos nos livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Guia Cultural da Bahia, Litoral Norte
Guia básico de educação patrimonial
Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro.
Olinda: 2º Guia practico, histórico e sentimental de cidade brasileira
Guia do Patrimônio Cultural carioca; bens tombados.
Patrimônio Cultural Paulista; CONDEPHAAT bens tombados (1968-1998)
Guia da Arquitetura Colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro
Guia da Arquitetura Moderna do Rio de Janeiro
Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro
Guia de História da Arte
Bibliografia sobre conservação e restauração de bens culturais
Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte Brasileira

Inventários
Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul; Inventário das Estações (1874-1959)
Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica
Inventário do patrimônio cultural do Estado de Pernambuco; Sertão de São Francisco - IPAC / PE
Inventário Nacional de bens móveis e integrados; a experiência do Maranhão (1997-1980)
Inventário dos bens culturais; município de Petrópolis (2o ao 6o distrito)
Patrimônio Histórico, uma experiência no Rio de Janeiro; inventário dos bens imóveis de interesse histórico e artístico; objetivos, métodos e resultados.
Patrimônio Histórico de Goiás
Cinelândia: retorno ao fascínio do passado
IPAC - BA: Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia

OBRAS GERAIS

Coletâneas
Artigos
Modernistas na repartição
De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio
Rodrigo e o SPHAN: Coletânea de textos sobre patrimônio cultural
Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro
Estratégias de intervenções em áreas históricas
Ideólogos do patrimônio cultural
Caminhos da Arquitetura em Manguinhos
O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania
Em defesa do patrimônio histórico e tradicional de Angola.
Patrimônio na visão da 6a. Diretoria Regional.

Patrimônio Mundial no Brasil
Inventários de identificação; um panorama da experiência brasileira
Rodrigo e seus tempos; coletânea de textos sobre artes e letras

Documentos
Cartas patrimoniais
Atas do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda

Monografias
Preservação do patrimônio cultural em cidades
Parques Nacionais do Brasil
El centro historico del Cusco; introducción al problema de su preservación y desarrollo
Patrimônio Cultural Naval do Brasil
Piranhas: proposta de tombamento e plano de gestão
Nos bastidores do museu; patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre
A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora
O processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá: movimento citadino e educação.
Por um inventário dos sentidos; Mário de Andrade e a concepção de Inventário
Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória

Relatório
Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos

MAISON DE FRANCE

Discussões teóricas sobre o tema do patrimônio
Patrimoine et passions identitaires;
Les sciences du patrimoine: identifier, conserver e restaurer;
Le patrimoine: histoire, pratiques et perspectives
La nation (capítulo: Le patrimoine.)

Guias turísticos
Le guide du patromoine rural;
Le guide du patromoine: Ile-de-France;
Le guide du patromoine: Paris
Guide de la France avec la France

Política cultural na França
La politique culturelle: genese d'une categorie d'intervention publique
L'invention de la politique culturelle.

LIVRARIA LEONARDO DA VINCI/LIVRARIA SARAIVA

A alegoria do patrimônio;
Antropologia y patrimônio;
Arquivos Patrimônio e memória;
As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade;

Canteira: patrimônio arquitetônico e natural;
Conhecendo os patrimônios da humanidade no Brasil;
Meio Ambiente: patrimônio cultural da Usp;
Memória e Patrimônio;
Patrimônio Ambiental Brasileiro;
Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT bens tombados 1968-1998;
Patrimônio histórico e cultural;
Patrimônio da humanidade no Brasil;
Preservação do patrimônio cultural em cidades;
Preservando o patrimônio e construir identidade;
Turismo, memória e patrimônio cultural;
Turismo e patrimônio cultural.

BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA

Dictionnaire du patrimoine Breton, de Alain Croix,
Dictionnaire-guide du patrimoine, Ed. du Patrimoine

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPANHA

Diccionario del patrimônio cultural de la iglesia
Diccionario razonado de bienes culturales

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

A intervenção no patrimônio: práticas de conservação e reabilitação;
A política do patrimônio;
A valorização do patrimônio cultural através da fruição pública;
Identidade e patrimônio cultural;
Cultura e território, das políticas às intervenções;
Patrimônio natural da região do Alto Tâmega e Barroso;
Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio da Universidade de Algarve;
Museus e documentação : entre a teoria e a pratica : uma abordagem da realidade portuguesa (1910-1980);
A gestão do patrimônio artístico em Portugal no século XX;
Patrimônio edificado : novas tecnologias : inventários : comunicações;
Patrimônio : um balanço e perspectiva 2000-2006;
Educação e Patrimônio : uma experiência francesa.

ANEXO IV
Obras de referência - áreas temáticas[1]

DICIONÁRIOS

ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)	ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)
Antropologia	3	Geografia	4
Arqueologia	1	Heráldica	1
Arquitetura	4	História	27
Arte decorativa	1	História da Arte	1
Arte sacra		Informática	1
Artes	8	Língua	1
Artes gráficas	1	Língüística	1
Biografia	1	Literatura	7
Biologia	1	Maçonaria	1
Ciências Humanas	2	Mitologia	1
Ciência Política	1	Mobiliário	1
Ciências Sociais	1	Musicologia	1
Cultura	2	P. Político	1
Educação	1	Patrimônio	2
Escultura	1	Pintura	2
Esoterismo	1	Química	1
Etnografia	1	Religião	1
Filosofia	2	Sociologia	3
Folclore	2	Urbanismo	1
Folclore	2	Urbanismo	1

CATÁLOGOS

ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)
Arquitetura	1
Artes	1
Folclore	1
História	4
Iconografia	1
Patrimônio	1
Religião	1

INVENTÁRIOS

ÁREA	QUANTIDADE (nºde títulos)
Antropologia	1
Arquitetura	7
História	9
Patrimônio	10

GUIAS

ÁREA	QUANTIDADE (nºde títulos)	ÁREA	QUANTIDADE (nºde títulos)
Antropologia	1	Educação	1
Arqueologia	1	Folclore	1
Arquitetura	18	História	25
Arte sacra	1	Literatura	2
Artes	3	Meio ambiente	1
Biblioteconomia	1	Museologia	3
Ciências Naturais	1	Museu	1
Dança	1	Patrimônio	24

[1] As obras podem estar incluídas em mais de uma área temática.

ANEXO V
Obras gerais - áreas temáticas

COLETÂNEAS DE ARTIGOS

ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)
Arqueologia	1
Arquitetura	6
Artes	3
História	11
Literatura	2
Memória	1
Museologia	1
Patrimônio	13

COLETÂNEAS DE DOCUMENTOS

ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)
História	1
Patrimônio	2

MONOGRAFIAS

ÁREA	QUANTIDADE (nº de títulos)
Arquitetura	6
Educação	1
História	4
Literatura	1
Meio Ambiente	1
Patrimônio	8
Preservação	1
Tombamento	1
Turismo	1

ANEXO VI
Dicionários - objetivos e público alvo[1]

OBJETIVOS DOS DICIONÁRIOS

OBJETIVO	QUANTIDADE
Análise crítica	1
Edição comemorativa	4
Interesse do Autor	15
Preenchimento de lacuna bibliográfica	21
Resultado de pesquisa	8
Subsídio a pesquisa	17
Não especificado	4

PÚBLICO ALVO DOS DICIONÁRIOS

PÚBLICO ALVO	QUANTIDADE
Arquitetos	2
Estudantes	13
Estudiosos	3
Professores/Educadores	10
Público em geral	24

[1] Alguns dicionários enquadram-se em mais de um objetivo e visam a mais de um dos grupos de público alvo das tabelas acima.